



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

TÓPICO PROEMINENTE E SUJEITO NULO NO PB: QUESTÕES EM ABERTO

Juliana Maria Coutinho Vieira

Brasília
2014



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

TÓPICO PROEMINENTE E SUJEITO NULO NO PB: QUESTÕES EM ABERTO

Juliana Maria Coutinho Vieira

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Doutora Eloisa Nascimento Silva Pilati.

Brasília
2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Eloisa Nascimento Silva Pilati (UnB)
Presidente

Prof. Dr. Marcello Modesto dos Santos (USP)
Membro externo

Profa. Dra. Rozana Reigota Naves (UnB)
Membro interno

Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima Salles (UnB)
Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter sido meu consolo nos momentos de aflição e de dificuldade.

Agradeço à minha família, por todo o apoio recebido durante o mestrado. Aos meus filhos, Miguel, Júlio e Graziela, gostaria de agradecer todo o carinho recebido durante esse período; vocês lembravam de mim mesmo quando eu passava horas e horas fora. Ao meu marido, Gabriel, queria agradecer as vezes que você, mesmo cansado, cuidou dos meninos para que eu pudesse fazer este trabalho. Queria dizer também que a sua presença-surpresa no dia da minha defesa foi muito importante para mim. Ao meu pai, Silvio, minha mãe, Jovina, e minha irmã, Cláudia, agradeço todos os esforços feitos e o apoio incondicional recebido durante esse período.

Às minhas amigas, Bárbara e Elizabeth, agradeço as palavras de conforto nos momentos difíceis. Obrigado por me escutarem!

Agradeço também à professora Eloisa Pilati, pelo auxílio na elaboração deste trabalho e pela disposição e paciência demonstradas durante o desenvolvimento da minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as outras pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão deste estudo.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito. Não
sou o que deveria ser, mas, Graças a Deus, não
sou o que era antes”.

Martin Luther King

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Descrições Estruturais	26
Figura 2 – Descrições Estruturais no Programa Minimalista	28
Gráfico 1 – Preenchimento do sujeito em 7 períodos (%)	44

RESUMO

Esta dissertação investiga de que forma os sujeitos nulos do português do Brasil têm sido analisados em pesquisas nacionais e internacionais, dando ênfase ao modo como tais estudos especificam as características sintáticas e semânticas dos sujeitos nulos de terceira pessoa. Especificamente, este estudo buscou investigar de que forma os sujeitos nulos de 3ª pessoa nula têm sido analisados nos trabalhos sobre o português do Brasil; que tipo de sentenças têm sido utilizadas para embasar as diferentes análises; de que forma os sujeitos nulos de 3ª pessoa têm sido analisados em línguas consideradas semelhantes ao português e, por fim, se existem dados ainda não considerados pelos estudos apresentados. No que tange ao português brasileiro, foram analisados estudos tais como Duarte (2000), Negrão & Viotti (2000), Modesto (2000, 2004 e 2008), Rodrigues (2004), Rabelo (2010) e Pilati & Naves (2013). Entre os estudos internacionais, destacam-se os de Egerland & Sigurdsson (2009) e Holmberg (2010a, 2010b). O que se constata é que os autores que têm estudado esse tema com dados do português do Brasil afirma que a morfologia de terceira pessoa, por si só, não é capaz de identificar o sujeito nulo. Ao mesmo tempo, também se atesta que as pesquisas sobre o tema apresentam diferentes análises para o fenômeno. Quanto aos dados, foram encontrados contextos reais de escrita em que há dados considerados agramaticais por certos autores, tais como ocorrência de sujeitos nulos de terceira pessoa com referência ao objeto, ocorrência de sujeitos nulos em orações relativas e em sentenças iniciadas por *como*. Em relação ao tratamento dado aos sujeitos nulos de terceira pessoa em estudos comparativos com dados do finlandês e do português do Brasil, constatou-se que os autores têm analisado as construções de referência indeterminada com sujeitos nulos de 3ª pessoa como contextos com leitura genérica em ambos os casos, e que, no português do Brasil, há contextos com leitura genérica, mas também há contextos com leitura arbitrária. Tal fato revela que as análises que propõem a mesma derivação sintática para o português do Brasil e para o finlandês precisam ser revistas.

Palavras-chave: sujeito nulo; terceira pessoa; tópico; sintaxe.

ABSTRACT

This dissertation investigates how Brazilian null subjects have been analyzed in national and international research, emphasising how such studies specify null subjects syntactically and semantically in the third person. Specifically, this study seeks to investigate how the third person's null subject has been analyzed in Brazilian Portuguese academic work; what kind of sentences have been used to support the different analyses; how the third person's null subject has been analyzed in languages similar to Portuguese; and finally, if there is data on the subject which was not covered by the aforementioned studies. Some of the studies investigated by the present research include Duarte (2000), Negrão and Viotti (2000), Modesto (2000, 2004 e 2008), Rodrigues (2004), Rabelo (2010) e Pilati and Naves (2013). Among the international studies, the work Egerland and Sigurdsson (2009) e Holmberg (2010a, 2010b) are emphasised. Present findings suggest that most researchers on this topic who focused on Brazilian Portuguese data, propose that third person morphology in itself is incapable of identifying the null subject. Furthermore, they point that research on the topic has applied different analyses to the phenomenon. In regards to the data, real writing contexts in which data is considered ungrammatical by some authors, such as when third-person is used in reference to the object, in relative clauses, and sentences start with "how". Regarding the treatment given to the third person's null subjects in comparative studies with Finnish and Brazilian Portuguese data, it was found that the authors have analyzed the constructions of undetermined reference with the third person's null subjects as contexts with generic reading for both cases, and that in the Brazilian Portuguese, there are contexts with generic reading but also with arbitrary reading. This fact reveals that the analyses suggesting the same syntactic derivation for Brazilian Portuguese and for Finnish need to be revised.

Keywords: syntax, third person; topic; null subject.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
 CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	
1.0 Introdução	25
1.1 Noções teóricas principais	25
1.1.1 O empreendimento gerativista.....	25
1.1.2 O Programa Minimalista	27
1.1.3 A noção de sujeito nulo.....	29
1.2 Classificação das línguas	32
1.2.1 Línguas de sujeito nulo	32
1.2.2 Línguas de sujeito e de tópico	37
1.3 Considerações parciais.....	40
 CAPÍTULO 2 – ESTUDOS SOBRE O SUJEITO NULO NO PB	
2.0 Introdução	43
2.1 Sujeito e tópico no PB: os estudos de Duarte (1993, 2000), Negrão (1999) e Negrão & Viotti (2000).....	43
2.1.1 O PB como uma língua de sujeito proeminente: Duarte (1993, 2000).....	43
2.1.2 O PB como uma língua de tópico proeminente: Negrão (1999) e Negrão & Viotti (2000).....	46
2.1.3 Considerações Parciais.....	50
2.2 Estudos sobre o sujeito nulo no PB	51
2.2.1 Modesto (2000, 2004, 2008): pesquisas sobre o sujeito nulo em orações encaixadas	51
2.2.2 Rodrigues (2004): movimento do sujeito da oração encaixada	62
2.2.3 Rabelo (2010): sujeitos nulos em orações finitas e infinitivas.....	68
2.2.4 Pilati & Naves (2013): admissão de proformas como sujeitos no PB.....	75
2.2.5 Considerações parciais	78
 CAPÍTULO 3 – O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL – ANÁLISE DOS DADOS	
3.0 Introdução	81

3.1 O sujeito nulo no PB.....	81
3.1.1 Orações matrizes.....	82
3.1.2 Orações encaixadas.....	85
3.2 Considerações parciais.....	97
CAPÍTULO 4 – PONTO DE VISTA ADICIONAL SOBRE O SUJEITO NULO DO	
PB – O ESTUDO DE HOLMBERG (2010a)	
4.0 Introdução	99
4.1 Interpretação dos argumentos impessoais segundo Egerland & Sigurðsson (2009)....	99
4.2 Características dos SN genéricos do finlandês segundo Holmberg (2010b).....	101
4.2.1 A proposta formal de Holmberg (2010b).....	108
4.3 Propriedades semânticas do sujeito nulo de referência indeterminada do PB.....	108
4.4 Considerações parciais.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vários estudos têm se dedicado à questão dos sujeitos nulos no Português do Brasil (doravante, PB). O debate teve início na década de 90, a partir dos estudos de Duarte (1993) e de Negrão (1999). Duarte (1993) apresentou um estudo em que analisava diálogos de peças teatrais do século 19 e 20 e chegou à conclusão de que o PB estaria em processo de modificação de uma língua *pro-drop* (cf. Chomsky, 1981) para uma língua de sujeito preenchido. O parâmetro *pro-drop* está relacionado à possibilidade de algumas línguas apresentarem sujeitos nulos referenciais. Negrão (1999), com base nos resultados obtidos a partir da análise de discursos de estudantes (ver Negrão (1990)) e em evidências independentes que serão discutidas no decorrer desta pesquisa, apontou que os sujeitos nulos de terceira pessoa não seriam identificados pela morfologia, o que tornaria o PB uma língua de tópico proeminente. Negrão concluiu, diferentemente de Duarte, que os sujeitos nulos não deixariam de existir no PB, mas passariam a ocorrer em contextos específicos (ver também Negrão e Müller (1997)).

Anteriormente ao início desse debate, Galves (1987) apontou diferenças de interpretação entre o sujeito nulo de terceira pessoa do PB e do português europeu (doravante, PE). Os estudiosos contemporâneos, aliando a proposta de Galves (1987) ao debate existente entre Duarte (1993) e Negrão (1999), passaram a analisar as características da morfologia de terceira pessoa do singular com a intenção de descobrir de que forma o sujeito nulo é licenciado no PB.

Parte considerável dos autores que têm estudado esse tema defende a existência de algum tipo de defectividade na morfologia para explicar os contextos em que ocorrem sujeitos nulos: Modesto (2000) analisa orações encaixadas e afirma que a morfologia, de uma forma geral, não fornece os traços de pessoa e número necessários à identificação da categoria vazia e que, portanto, seria necessária sua ligação ao sujeito da oração principal. Os sujeitos nulos são definidos pelo autor como pronominais. Modesto (2004, 2008), em uma revisão da análise em Modesto (2000) e incluindo dados do finlandês e do chinês, defende que a flexão verbal licencia tais sujeitos, mas não os identifica, fato que torna necessária a ligação da categoria vazia ao sujeito da oração principal. Nos dois últimos estudos do autor, os sujeitos nulos são definidos como tópicos elididos; todos os sujeitos no PB ocupam uma posição externa ao TP, o que torna possível a formação de cadeias e o posterior apagamento de elementos mais baixos. Já Rodrigues (2004) considera que a morfologia de terceira pessoa é defectiva em relação ao traço de pessoa, motivo pelo qual o sujeito, que tem sua origem na oração

encaixada, se move para a posição de sujeito da oração imediatamente superior. Rabelo (2010), seguindo Manzini & Savoia (2005), afirma que a morfologia de terceira pessoa não possui a propriedade denotacional necessária à identificação da categoria vazia. Por isso, esse processo é realizado mediante a formação de uma cadeia entre o morfema de terceira pessoa – que possui os traços de pessoa e número – e o sujeito da oração principal.

Como se pode depreender das propostas acima apresentadas, parece ser consensual a existência de algum tipo de defectividade nos traços dos morfemas de terceira pessoa no PB. No entanto, como também se pode atestar, as pesquisas sobre o tema apresentam diferentes análises para o fenômeno, fato que justifica um estudo descritivo dos dados utilizados por cada autor para sustentar suas análises e argumentações.

Além disso, considerando o panorama acima apresentado, a presente pesquisa se propõe a apresentar algumas das principais análises sobre o tema e sistematizar os dados usados por cada autor para a construção de suas hipóteses, apontando semelhanças e diferenças. Na medida do possível, foram acrescentados novos dados aos apresentados nos estudos, os quais se dividem em dados retirados de contextos da modalidade escrita presentes na internet – em especial em conversas, fóruns de discussão e blogs – e em dados intuitivos produzidos por mim.

O estudo toma uma perspectiva gerativista, mas é descritivo, no sentido de não propor estruturas sintáticas explicativas para os diferentes casos de ocorrência das situações encontradas. Se a descrição que se apresenta estiver correta, poderá servir de base empírica para a continuidade da discussão teórica sobre o fenômeno em questão.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa será responder as seguintes questões: a) como os sujeitos nulos de 3ª pessoa têm sido analisados nos trabalhos sobre o PB? b) que tipo de dado tem sido utilizado para embasar tais proposições? c) como outros autores têm tratado os sujeitos nulos de 3ª pessoa em línguas consideradas semelhantes? e d) existem dados ainda não considerados pelos estudos apresentados?

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos: no capítulo 1, serão lembrados pressupostos relevantes para a discussão que propomos realizar. O capítulo 2 tem o objetivo de reunir os estudos mais atuais sobre o tema. Serão apresentados os estudos de Modesto (2000, 2004 e 2008), Rodrigues (2004), Rabelo (2010) e Pilati & Naves (2013). No capítulo 3, os dados fornecidos pelos autores serão confrontados com novos, com o objetivo de formar um panorama atualizado da ocorrência de sujeitos nulos de terceira pessoa no PB. No capítulo 4, será apresentado o estudo de Holmberg (2010a), com a intenção de verificar,

brevemente, como o sujeito nulo de terceira pessoa é considerado em línguas semelhantes ao PB. Por fim, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.0 Introdução

O presente capítulo objetiva fornecer conceitos relevantes para situar as discussões dos capítulos seguintes. Primeiramente, serão apresentados os pressupostos da teoria gerativa – seção 1.1.1 – e as bases do Programa Minimalista – seção 1.1.2. Em seguida, na seção 1.2, a proposta é mostrar a discussão inicial sobre sujeito nulo e o parâmetro *pro-drop* e, por fim, a classificação mais atual que envolve as línguas que apresentam sujeitos nulos. A seção 1.3 pretende apresentar duas classificações possíveis para as línguas naturais. O capítulo foi escrito com base em Raposo (2005), Chomsky (1981), Roberts & Holmberg (2011), Li & Thompson (1976) e Pontes (1987).

1.1 Noções teóricas principais

1.1.1 O empreendimento gerativista

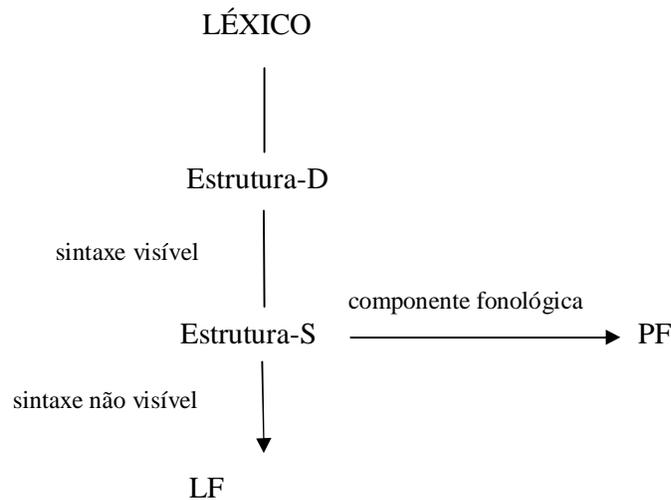
As investigações de cunho gerativista se propõem a compreender de que maneira a linguagem – entendida como uma capacidade humana determinada biologicamente – é processada na mente dos falantes. Assume-se que todo ser humano possui, em sua mente, uma Faculdade da Linguagem (FL) – ou Gramática Universal (GU) – a qual, ao nascer, é uniforme a toda a espécie.

Durante o desenvolvimento linguístico, esse estado inicial passa por sucessivas transformações até atingir um estágio estável – que corresponde à língua-I do indivíduo –, o qual “lhe permite compreender, produzir e perceber um número infinito de expressões, usá-las para várias finalidades, ter intuições sobre elas [...]” (RAPOSO, 2005, p.17). A língua-I é determinada de maneira externa e interna, ou seja, parte dela – os conhecimentos relacionados aos sons, significados e organização estrutural – é determinada pelas experiências individuais e pelo ambiente linguístico em que o falante vive; a outra parte é determinada por princípios internos uniformes a toda a espécie humana.

A língua-I, composta por um sistema computacional e um léxico, gera um conjunto infinito de expressões linguísticas, chamadas Descrições Estruturais. Tais expressões não devem ser confundidas com o conjunto das frases gramaticais de uma língua, a língua-E, que envolve aspectos sociais, comumente normativos, os quais podem ser violados pelos

princípios do sistema computacional. As Descrições Estruturais, no modelo de Princípios & Parâmetros, são articuladas em vários níveis de representação, conforme a estrutura a seguir:

Figura 1 – Descrições Estruturais



Fonte: Raposo (2005, p.21).

O complexo estrutural acima pode ser explicado da seguinte forma: o falante, com base nas propriedades dos itens pertencentes ao léxico, forma a estrutura-D, a qual será derivada e se transformará na estrutura-S, composta de um componente fonológico e semântico. O nível de representação fonológico (PF) serve de interface com o sistema articulatório-perceptual e recebe da estrutura-S todas as propriedades fonéticas da estrutura linguística formada. O nível de representação lógico (LF) identifica as representações semânticas ligadas à estrutura-S. A atuação do sistema computacional ocorre da estrutura-D à LF; entretanto, entre a estrutura-D e a estrutura-S, tais operações podem ser visualizadas na forma fonética, ou seja, ocorrem na sintaxe visível. Após o envio da componente fonológica ao nível de representação fonético, as derivações passam a ocorrer apenas na forma lógica (sintaxe não visível).

As variações externas existentes entre as línguas-I são explicadas por meio das noções de princípios e parâmetros. Considerando que o desenvolvimento da Faculdade da Linguagem possui aspectos internos e externos, os princípios relacionam-se às características comuns a qualquer língua, enquanto os parâmetros seriam desenvolvidos conforme a exposição do falante aos dados linguísticos. Raposo (2005) explica essa proposta da seguinte forma:

[...] a UG em FL₀ (no estado inicial) contém dois tipos de princípios: princípios rígidos e princípios abertos, com dois valores possíveis, e que só serão ligados (como um interruptor elétrico) no decurso do desenvolvimento da FL₀. A escolha de uma posição particular, por sua vez, é determinada de fora, pelos dados linguísticos particulares a que a criança é exposta. (p. 21)

Em versões mais atuais, as características presentes no léxico são responsáveis por toda a variação linguística, o que define os parâmetros como as possibilidades de variação morfológica existente entre as línguas, separando-as do sistema computacional propriamente dito.

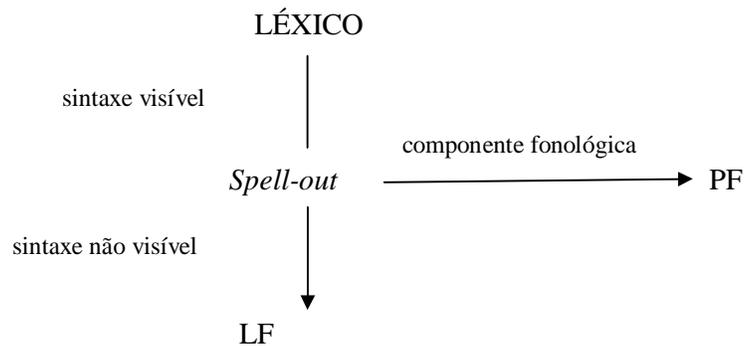
1.1.2 O Programa Minimalista

A versão mais recente do gerativismo – denominada Programa Minimalista (cf. Chomsky 1995 e ss.) é marcada pela eliminação de entidades teóricas conceitualmente desnecessárias, atendendo aos requisitos de economia, elegância e parcimônia. Conforme ressalta Raposo (2005), o Programa Minimalista não é concebido como um novo quadro teórico da gramática gerativa, mas contribui no sentido de submeter a Teoria de Princípios e Parâmetros a “um escrutínio intenso, do qual resultam por vezes alterações importantes na organização geral da teoria” (p.16). Nesse sentido, considera-se que a Faculdade da Linguagem possui um design ótimo, ou seja, que as operações desenvolvidas para a geração/compreensão dos enunciados são uma resposta eficiente às condições demandadas pelo sistema. Dessa forma, postula-se que a geração de um enunciado linguístico é realizada com o mínimo de recursos e operações mentais.

A geração de um enunciado sob o ponto de vista minimalista envolve, além da Faculdade da Linguagem, outros dois sistemas principais: um sistema de produção e um sistema de recepção, em que estão envolvidos os órgãos responsáveis pela exteriorização linguística, denominados sistemas de performance. Tais sistemas são divididos em sistema articulatorio-perceptual (AP), responsável pela produção/compreensão fonológica do enunciado e um sistema conceitual-intencional (CI), responsável pelo conteúdo do enunciado. Os conteúdos presentes nesses dois sistemas devem ser associados pela Faculdade da Linguagem, e, para tanto, expressões linguísticas em cada nível de representação são geradas, os quais entram em contato com os chamados níveis de interface. O nível de interface PF associa-se ao sistema AP, e o nível de interface LF, ao sistema CI. Esses sistemas são independentes da Faculdade da Linguagem, e, assim sendo, impõem condições ao seu funcionamento. As expressões linguísticas, para serem utilizadas pelos sistemas, devem satisfazer às condições impostas por eles.

Considerando que a Faculdade da Linguagem possui um design ótimo para responder às condições demandadas pelos sistemas de performance, a postulação de níveis estruturais além dos níveis de interface não é desejável no Programa Minimalista. Assim, os níveis estruturais D e S, por não entrarem em contato direto com nenhum sistema externo, deixam de existir. O modelo passa, então, a possuir o seguinte formato:

Figura 2 – Descrições Estruturais no Programa Minimalista



Fonte: Raposo (2005, p. 27).

No modelo acima, a estrutura-D e a estrutura-S, foram substituídas por *Spell-out*, que consiste no ponto da derivação onde a estrutura linguística dá entrada na componente fonológica. Os níveis de interface, nesse modelo, não permitem a entrada de elementos que não podem ser interpretados pelo sistema de performance respectivo; dessa premissa decorre o Princípio da Interpretabilidade Plena. Quando as condições de legibilidade impostas pelos sistemas são totalmente satisfeitas pelas interfaces, a derivação converge; caso contrário, ocorre o fracasso na derivação.

As derivações também obedecem a condições de economia, além de condições absolutas. A diferença entre as duas condições é que: “as primeiras efectuam uma escolha entre derivações paralelas, por assim dizer, e podem ser violadas em determinadas circunstâncias; enquanto as segundas não dependem da existência de outras derivações e nunca podem ser violadas” (RAPOSO, 2005, p.30). Uma decorrência das condições de economia é o princípio *Procrastinar*, que significa a realização do menor número possível de operações na sintaxe visível.

Sem entrar em detalhes formais sobre as operações existentes no Programa Minimalista, pode-se dizer, de forma sucinta, que as expressões linguísticas são geradas por meio de um conjunto de operações do sistema computacional (Concatenar, Mover, Copiar,

Concordar, Selecionar) sobre unidades com propriedades específicas presentes no Léxico. Especificamente, os itens dispostos do Léxico são selecionados (Selecionar) e formam uma Numeração, que consiste nos itens que serão efetivamente utilizados na expressão linguística a ser gerada. Esses itens são unidos (Concatenar) e, quando necessário, movidos (Mover).¹ O conteúdo da derivação, por ser duplo, uma vez que envolve conteúdo semântico e fonético, deve ser dividido e enviado a cada um dos níveis de interface, respectivamente PF e LF.

Os itens do Léxico são formados por unidades mínimas, chamadas na teoria de *traços*. Cada item lexical possui traços fonológicos – lidos pelo sistema AP –, traços semânticos – relacionados ao sistema CI – e traços formais – utilizados pelo sistema computacional na derivação. Estes últimos podem ser interpretáveis ou não interpretáveis. Entre os traços formais interpretáveis estão os traços categoriais – intrínsecos aos itens lexicais – e os traços-phi presentes nos elementos nominais. Entre os traços formais não interpretáveis estão os traços de Caso. Na derivação, os traços não interpretáveis entram como não valorados. Para que haja convergência durante o processo, esses traços devem ser valorados, o que é feito pela operação *Concordar*: os traços não interpretáveis do núcleo funcional (Sonda) são valorados por uma relação de identidade de traços com um núcleo nominal (Alvo), que possui os mesmos traços da Sonda, só que interpretáveis. Os traços envolvidos nessa operação são os traços-phi (pessoa, gênero e número).

1.1.3 A noção de sujeito nulo

A noção de que o sujeito pode ser fonologicamente nulo não é nova. Gramáticos de diversas línguas, entre elas o latim, notaram que a morfologia verbal possuía todos os elementos necessários à identificação do sujeito e que esse fato tornava a expressão pronominal desse elemento desnecessária. No gerativismo, Perlmutter (1971) foi o precursor dos estudos sobre o sujeito nulo. Motivado pela observação do contraste entre línguas que exigiam a expressão de sujeitos pronominais manifestos em sentenças finitas e línguas que não exigiam a presença de sujeitos pronominais, o estudioso propôs a divisão das línguas naturais com base nesse critério, relacionando às línguas que não possuíam sujeitos pronominais as propriedades seguintes: a) possibilidade de sujeitos nulos; b) possibilidade de movimento-qu do sujeito de uma sentença finita encaixada; c) presença obrigatória de

¹ A operação Mover, no Programa Minimalista, envolve três operações gramaticais: Copiar, Concatenar e Apagar. Dessa forma, o elemento a ser alçado na estrutura é copiado e concatenado no seu local de destino, e a cópia mais baixa, apagada.

expletivos em um tipo relevante de construções impessoais e d) existência de um pronome sujeito arbitrário considerado como um sujeito legítimo. Entretanto, essa distinção não estava ligada à natureza da morfologia das línguas de sujeito nulo.

Chomsky (1981) também demonstrou que as línguas naturais poderiam ser divididas conforme a presença ou ausência de sujeitos pronominais, e relacionou as seguintes propriedades a um parâmetro, denominado *pro-drop*: a) ausência de sujeito manifesto; b) inversão livre do sujeito em sentenças simples; c) movimento longo do sujeito; d) pronomes resumptivos nulos em orações encaixadas e e) violações aparentes do filtro *that-trace*.² Os exemplos abaixo, retirados de Pilati (2002), ilustram tais propriedades, respectivamente relacionadas, nessa língua:

- (1) Ha telefonato.
'(Ele) telefonou'.
- (2) Ha telefonato Gianni.
'Telefonou Gianni.'
- (3) Il ragazzo₁ [che so [quando t₁ era arrivato].
'O rapaz que sei quando chegou'.
- (4) Gianni₁ ha detto [che t₁ ha telefonato]
'Gianni disse que telefonou'.
- (5) Chi₁ [Maria ha pensato [che t₁ avia arrivato]?
'Quem Maria pensou que chegou?'

[Pilati, 2002: 7-8]

Em (1), temos a realização de um sujeito de referência definida sem a necessidade de um pronome manifesto; em (2), a ordem sujeito-verbo foi alterada para verbo-sujeito sem que exista alteração no sentido da sentença; em (3), o sujeito foi movido de uma ilha-qu, extração

² O efeito *that-trace* relaciona-se à generalização de Perlmutter, segundo a qual em línguas de sujeitos não nulo o sujeito de uma sentença finita não pode sofrer movimento-qu se o complementizador que introduz a sentença está presente.

que não é possível em línguas não *pro-drop*; em (4), temos a recuperação do antecedente por um pronome resumptivo nulo; finalmente em (5), temos o movimento do sujeito por cima de um complementizador (*che*).

Segundo Chomsky (1981), línguas que possuem esse parâmetro marcado positivamente, como o italiano e o espanhol, apresentam as propriedades acima relacionadas, como visto nos exemplos de (1) a (5) do italiano. Em contrapartida, línguas como o inglês e o francês, não apresentam as propriedades acima relacionadas; são consideradas, portanto, línguas não *pro-drop*.

Inicialmente, a noção de parâmetro estava ligada a um conjunto de propriedades gramaticais abstratas de determinada língua, as quais “poderiam ter efeitos proliferantes, unindo fenômenos superficiais aparentemente não relacionados” (ROBERTS & HOLMBERG, 2011, p.14, tradução minha).³ No contexto do Programa Minimalista, contudo, os parâmetros de variação entre as línguas estão ligados a diferenças nos traços de itens particulares no léxico, os traços formais (Caso, traços-phi e traços categoriais).

Em relação à natureza do sujeito nulo propriamente dito, duas visões coexistiram na literatura. A primeira delas tem suas bases em Rizzi (1982), a qual considera que o sujeito nulo é uma ocorrência foneticamente nula de *pro* na posição de sujeito; a segunda, baseada em Borer (1986), admite que o sujeito nulo pode ser expresso diretamente pela concordância verbal rica, e não há, portanto, necessidade de se postular uma categoria vazia.

De acordo com a visão de Borer (1986), denominada *I-subject idea*, a morfologia pode carregar uma função gramatical e uma relação temática, da mesma forma que expressões nominais. Roberts & Holmberg (2011) explicam que:

[...] já que a especificação de pessoa e número do sujeito pode ser computada a partir da flexão verbal, o sujeito pré-verbal é efetivamente opcional e, quando aparece, atua como um elemento deslocado para esquerda [...], ocupando uma posição periférica à sentença (p. 13, tradução minha).⁴

Já a visão da existência de uma categoria vazia está ligada aos estudos de Holmberg (2005), entre outros autores. Defende-se que a posição de sujeito está presente, pelo menos em algumas línguas de sujeito nulo, e é então preenchida pelo pronome nulo *pro*, um pronome fraco, cuja distribuição está restrita a certas posições. Esse pronome nulo é licenciado por um

³ No original: “[...] may have proliferating effects, unifying apparently unrelated phenomena”.

⁴ No original: “[...] since person-number specification of the subject can be exhaustively computed from the verbal inflection, the preverbal subject is effectively optional and when it appears it acts as a left-dislocated [...] element occupying a position peripheral to the clause”.

traço pronominal (traço-D) associado ao núcleo que carrega os traços realizados como concordância de pessoa no verbo.

Conforme afirmam Roberts & Holmberg (2011), as duas visões acima destacadas apresentam em comum o fato de que, nas línguas de sujeito nulo consistentes, o núcleo flexional possui características de pronome. Dessa forma, a definição do parâmetro do sujeito nulo é formalmente tomada como a presença ou ausência do traço-D na morfologia. Línguas de sujeito não nulo não apresentam esse traço, motivo pelo qual é necessário o preenchimento dessa posição. Línguas de sujeito nulo parcial – definidas como aquelas que apresentam sujeitos nulos em determinados contextos sintáticos –, como nas línguas de sujeito nulo consistente, também não carregam o traço-D em T, motivo pelo qual essas línguas permitem sujeitos nulos referenciais apenas em determinadas circunstâncias.

1.2 Classificação das línguas

1.2.1 Línguas de sujeito nulo

Apesar da divisão entre línguas *pro-drop* e não *pro-drop*⁵, estudos mais recentes mostram que, entre as primeiras, a ocorrência de sujeitos nulos não é uniforme. Roberts & Holmberg (2011), com base nos contextos em que os sujeitos nulos são verificados em algumas línguas e nas características apresentadas por eles, apontam a existência de quatro tipos de línguas: a) línguas de sujeito nulo consistente (LSN); b) línguas que apresentam sujeitos nulos expletivos (LSNEx); c) línguas cuja ocorrência do sujeito nulo está ligada ao discurso (LSND) e d) línguas de sujeito nulo parcial (LSNP). Segundo os autores, a ocorrência de sujeitos nulos nesses tipos de língua obedece à seguinte hierarquia:

$$\text{LSNEx} \supset \text{LSNP} \supset \text{LSN} \supset \text{LSND}$$

- _____ variação da ocorrência de sujeitos nulos _____ +

A escala acima tem como base o nível de permissão de sujeitos nulos. Assim, nas línguas de sujeito nulo parcial, há menos contextos de ocorrência de sujeitos nulos do que nas línguas de sujeito nulo consistentes. As línguas de sujeito preenchido, segundo os autores, estariam no extremo esquerdo da escala.

⁵ No início, havia essa possibilidade; entretanto, com a evolução das pesquisas, como visto brevemente na seção 1.1.3 e como se verá mais especificamente a seguir, verificou-se que esse parâmetro não era simplesmente binário.

As línguas de sujeito nulo expletivo têm como principal representante o alemão. São línguas que permitem apenas sujeitos nulos expletivos; sujeitos referenciais devem ser manifestos. Como exemplo, temos as sentenças em (6a) e (6b):

(6) a. Gestenwurde (*es) getanzt.

Yesterday was (it) danced.

‘Yesterday there was dancing.’

‘Ontem houve dança.’

b. Gesten war *(es) geschlossen.

Yesterday was (it) closed.

‘Yesterday it was closed.’

‘Ontem ele (o local) estava fechado.’

[Roberts & Holmberg, 2011:8]

A sentença (6b) mostra a impossibilidade de existir, nesse tipo de língua, um sujeito nulo de referência definida, e (6a) mostra que, como expletivo, o sujeito nulo é gramatical.

Nas línguas de sujeito nulo parcial, os sujeitos nulos referenciais ocorrem em contextos específicos e são tais contextos que as diferem das línguas de sujeito nulo consistentes, como veremos abaixo. No finlandês, por exemplo, somente a primeira e segunda pessoas do plural e do singular podem ter sujeitos nulos, conforme (7a,b,d,e). A terceira pessoa, por sua vez, não pode exibir sujeitos nulos, como ilustrado pelos exemplos em (7c) e (7f):

(7) a. (Minä) puhun englantia.

I speak-1sg English

‘I speak English.’

‘Eu falo inglês.’

b. (Sinä) puhut englantia.

You speak-2sg English

‘You speak English.’

‘Você fala inglês.’

- c. *(Hän) puhuu englantia.
 He/She speak-3sg English
 ‘He/She speaks English.’
 ‘Ele/Ela fala inglês.’
- d. (Me) puhumme englantia.
 We speak-1pl English
 ‘We speak English.’
 ‘Nós falamos inglês.’
- e. (Te) puhutte englantia.
 You speak-2pl English
 ‘You speak English.’
 ‘Vocês falam inglês.’
- f. *(He) puhuvat englantia.
 They speak-3pl English
 ‘They speak English.’
 ‘Eles falam inglês.’

[Holmberg, 2005:539 apud Holmberg & Roberts, 2011]

Sujeitos de terceira pessoa, nesse tipo de língua, só podem ser nulos quando ligados a um argumento mais alto na oração, como demonstrado em (8):

- (8) Pekka₁ väittää [etta hän_{1/2} / e_{1/*2} puhuu englantia hyvin].
 ‘Pekka claims that he speaks English well.’
 ‘Pekka afirmou que fala inglês bem.’

[Holmberg, 2005:539 apud Holmberg & Roberts, 2011]

Em (8) vemos que o pronome manifesto *hän* pode ter como referentes tanto o sujeito da oração principal *Pekka* como um referente do contexto. Já o sujeito nulo não permite a referência externa nesse caso; ele deve estar ligado ao sujeito da oração principal.

A terceira característica verificada no finlandês refere-se à representação das sentenças com sujeitos de referência indeterminada, como ilustra o exemplo (9). Segundo Holmberg

(2005, p.540 apud HOLMBERG & ROBERTS, 2011), “os pronomes genéricos podem, e devem, ser nulos” (tradução minha).⁶

(9) Täällä ei saa polttaa.

Here not may smoke

‘One can’t smoke here.’

‘Não pode fumar aqui.’

Os autores destacam que, nas línguas de sujeito nulo, sujeitos indeterminados devem ser manifestos. Em línguas como o italiano e o grego, um clítico/uma forma especial é utilizada para marcar a leitura indeterminada (10) e (11):

(10) Qui non si può fumare.

Here not SI can smoke

‘Não pode fumar aqui.’

(11) Apoghorevete to kapnisma.

prohibit-3sg-mediopass the smoking

‘One can’t some here.’

‘Não pode fumar aqui.’

[Roberts & Holmberg, 2010:12]

Nas línguas de sujeito nulo consistentes, sujeitos nulos são possíveis em todas as pessoas do discurso, uma vez que essas línguas normalmente apresentam um paradigma flexional rico. O exemplo em (12), do italiano, mostra essa característica:

(12) a. bevo

‘Eu bebo’

1^a pessoa do singular

b. bevi

‘Você bebe’

2^a pessoa do singular

c. beve

‘Ele bebe’

3^a pessoa do singular

⁶ No original: “generic pronouns can, and must, be null”.

- d. beviamo
 ‘Nós bebemos/A gente bebe.’ 1ª pessoa do plural
- e. bevete
 ‘Vocês bebem.’ 2ª pessoa do plural
- f. bevono
 ‘Eles bebem.’ 3ª pessoa do plural

[Roberts & Holmberg, 2010:6]

Sujeitos manifestos, quando ocorrem nas línguas de sujeito nulo, possuem caráter enfático, como demonstra (13), e, ainda, em sentenças adverbiais, o pronome manifesto não apresenta como referente o sujeito da oração principal, como mostra (14):

- (13) Lui parla italiano.
 HE speaks italian.
 ‘ELE fala italiano.’ (em um contexto que significa “ELE, não aquele outro, fala italiano)
- (14) Il professore₁ há parlato do poche (lui₂) è arrivato.
 The professor has spoken after that (he) arrived
 ‘The professor spoke after he arrived.’
 ‘O professor₁ falou depois que ele₂ chegou’.

[Roberts & Holmberg, 2010:7]

Roberts & Holmberg (2010) destacam que, em sentenças como (14), o sujeito manifesto não apresenta a mesma ambiguidade que se verifica nas línguas de sujeito preenchido, como o inglês (15) e o francês (16):

- (15) The professor₁ spoke after he_{1/2} arrived.
 (16) Le professeur₁ a parlé après qu’il_{1/2} est arrive.
 ‘O professor₁ falou depois que ele_{1/2} chegou.’

[Roberts & Holmberg, 2010:7]

Em (15) e (16), diferentemente de (14), o pronome manifesto pode se ligar tanto a um elemento do discurso quanto ao sujeito da oração principal.

O último tipo descrito em Roberts & Holmberg (2011) são as línguas em que os sujeitos nulos são licenciados pelo discurso. Tais línguas normalmente não apresentam concordância e possuem, mesmo assim, liberdade no licenciamento de sujeitos nulos e de outros argumentos na sentença, como no chinês, conforme ilustrado em (17).

- (17) a. *e kanjian ta le*
 (he) see he ASP
 b. *Ta kanjian e le.*
 He see (him) ASP
 ‘He saw him.’
 ‘Ele o viu.’

[Roberts & Holmberg, 2010:9]

Além das diferenças entre as línguas que apresentam sujeito nulo, outra distinção relevante foi elaborada por Li & Thompson (1976). Conforme se verá na seção seguinte, as línguas naturais podem ser classificadas com base na relação estrutural entre seus principais componentes.

1.2.2 Línguas de sujeito e de tópico

Li & Thompson (1976), considerando a proeminência das relações sujeito-predicado e tópico-comentário na estrutura das línguas naturais, estabeleceram uma tipologia que classifica as línguas em quatro tipos principais: a) línguas de sujeito proeminente; b) línguas de tópico proeminente; c) línguas de sujeito e de tópico proeminentes e d) línguas sem a proeminência de nenhuma dessas relações.

A tipologia acima proposta foi baseada na oposição entre as propriedades de sujeitos e de tópicos. Para os autores, as características que opõem esses dois elementos são: a) definitude (diz respeito à possibilidade de identificação do referente pelo interlocutor); b) relações seletivas (refere-se ao pertencimento ou não de um elemento à grade argumental do verbo ou de um constituinte predicativo); c) papel do verbo (no sentido de determinar um ou outro elemento); d) papel funcional (diz respeito à influência do elemento na estrutura como um todo); e) concordância verbal e f) elemento que ocupa a posição inicial da sentença.

Considerando as características acima, para os autores, o tópico é necessariamente definido; não pertence à grade argumental do verbo; é determinado pelo discurso; estabelece um âmbito espacial, temporal e individual que envolve toda a predicação; geralmente não concorda com o verbo e está normalmente em primeiro lugar na sentença. Já o sujeito pode ou não ser definido; pertence à grade argumental do verbo e é determinado por ele; concorda com o verbo e não necessariamente está em primeiro lugar na sentença.

Com base nas características do tópico, os autores estabeleceram as características das línguas de tópico proeminente, uma vez que a estruturação da sentença é influenciada pelas propriedades desse elemento. Assim, temos:

a) o tópico sempre será marcado de alguma forma, seja morfológicamente, seja na sintaxe, diferentemente do que acontece com o sujeito. Em línguas com proeminência de sujeito, essa marcação nem sempre ocorre;

b) as construções passivas têm um sentido específico; são construções marcadas, marginais, diferentemente das línguas em que o destaque é o sujeito. Nas línguas de sujeito proeminente, tais construções são uma indicação de que o sujeito, por alguma razão, não se encontra em sua posição canônica, o que torna essas construções mais comuns;

c) o sujeito preenchido é recorrente nas línguas com proeminência de sujeito, que precisam de um sintagma explícito que preencha essa posição, ao contrário das línguas de tópico, que permitem sujeitos nulos;

d) as línguas de tópico permitem construções com os denominados “sujeitos duplos”;

e) quando se trata de controle, há precedência do tópico sobre o sujeito;

f) a ordem dos constituintes é normalmente verbo-final;

g) não há limites para constituintes que podem ocupar essa posição, diferentemente do que ocorre com as línguas de sujeito proeminente.

Apesar das características de cada estrutura, os autores afirmam que não é apenas o grau de presença ou ausência dessas relações que insere uma língua em um dos tipos propostos, mas o quanto uma ou outra estrutura é básica na língua. A noção de sentença básica utilizada pelos autores foi definida por Keenan (1974), que afirma: “uma sentença A é mais básica do que uma sentença B se, somente se, a forma sintática e o significado de B são entendidos em função daqueles de A” (*apud*. LI & THOMPSON, p.471).

Apesar da oposição existente entre sujeito e tópico, os autores ressaltam que essas noções não são estanques, pois sujeitos são tópicos gramaticalizados, e que os quatro tipos de línguas formam um *continuum*. Isso quer dizer que uma língua possui características de um

tipo ou de outro em maior ou menor grau, o que leva os autores a afirmar que a noção de tópico pode se manifestar de maneira diferente nas línguas.

A tipologia proposta por Li & Thompson (1976) forneceu uma visão inovadora sobre as línguas naturais, uma vez que permitiu a análise das diferenças verificadas entre elas sob outro ponto de vista, diferente das noções estritamente gramaticais de sujeito e predicado.

No PB, um estudo pioneiro que o classificou como língua de tópico foi o de Pontes (1986). Para a autora, as construções com tópico no PB são bastante comuns tanto em relação à frequência quanto em variedade. Em uma comparação do PB com as construções mais típicas propostas por Li & Thompson (1976), a autora afirma que “as únicas características das línguas de tópico arroladas por L&T que o português não tem são a codificação superficial (um morfema para marcar o tópico) [...] e o verbo no final da S”. (p. 25). Sobre as demais características das línguas de tópico propostas por Li & Thompson, Pontes afirma em relação ao PB:

a) que sujeitos vazios, como *it* do inglês, não são encontrados – em orações existenciais, ou referentes a fenômenos atmosféricos, os sujeitos são nulos. A autora ilustra essa afirmação com os exemplos (18) a (20), abaixo:

(18) Está quente aqui.

(19) É possível que esta guerra termine cedo.

(20) Há um gato no jardim.

b) que as construções de duplo sujeito, comuns às línguas de tópico, são frequentes – nesse sentido, temos os exemplos (21), (22) e (23):

(21) Os livros, eles estão em cima da mesa.

(22) A Maria, essa não quer nada com o serviço.

(23) A última prisão dele, sabe o que ele fez?

d) que é o tópico que controla a correferência, conforme ilustra (24), embora a autora admita a necessidade de se estudar mais profundamente este assunto, uma vez que há casos de correferência com outros elementos que não tópico, como em (25):

(24) Ó, o Cláudio, pergunta a ele quede a chave dele.

(25) Cê acredita que aqueles cem cruzeiros que eu dei para ele outro dia, ele sumiu com o troco?

f) que não há restrições quanto aos elementos que podem ocupar a posição de tópico – a autora mostra que qualquer elemento pode ocupar essa posição (sujeitos, objetos diretos e indiretos, adjuntos adverbiais, adjuntos adnominais e inclusive adjuntos predicativos), conforme mostram respectivamente as sentenças de (26) a (31):

(26) Os nossos alunos, cume que eles estão recebendo?

(27) A Belina, o Hélio levou para a oficina.

(28) Os seus exemplos, eu não acredito mais não.

(29) Qualquer elemento você pode fazer isso.

(30) Esse negócio, o prazo acaba.

(31) Banana ouro – é a única banana que eu gosto.

e) que as construções passivas não são frequentes – embora a autora afirme não possuir estatísticas sobre essa informação, ela argumenta que “[...] a marginalidade da passiva nas línguas de tópico é devida ao fato de a construção de tópico ser a que desempenha o papel mais importante na construção da S, podendo qualquer SN ser tópico” (p.21). Como se pode ver acima, nos exemplos (26) a (31), verifica-se que o tópico pode de fato ser ocupado por qualquer elemento.

g) que o tópico é uma sentença básica – a autora utiliza como argumentos as construções de duplo sujeito (as quais não podem ser derivadas de outra construção com o mesmo sentido) e a ausência de restrição na distribuição das sentenças de tópico (há sentenças de tópico afirmativas, negativas, exclamativas, interrogativas e encaixadas).

1.3 Considerações parciais

Neste capítulo, foram abordados conceitos teóricos fundamentais do gerativismo e do Programa Minimalista. Em seguida, foram relatados aspectos relacionados à noção de sujeito nulo e parâmetro, em uma tentativa de estabelecer as bases dessa relação. Por fim, duas tipologias possíveis para as línguas naturais foram apresentadas.

Em relação ao último ponto, debates atuais envolvendo o PB o definem, em relação à primeira tipologia apresentada, como uma língua de sujeito nulo parcial. Retomemos,

portanto, as principais características desse tipo: as línguas de sujeito nulo parcial são definidas por possuírem: a) contextos específicos de ocorrência de sujeitos nulos; b) sujeitos nulos de terceira pessoa referenciais são possíveis somente quando ligados a um argumento mais alto na sentença e c) possibilidade/obrigatoriedade de pronomes genéricos nulos.

Em relação à classificação proposta por Li & Thompson (1976), temos sete características relacionadas às línguas de tópico proeminente. As análises que serão apresentadas no capítulo seguinte estão ligadas à caracterização do PB como língua de tópico.

CAPÍTULO 2 – ESTUDOS SOBRE O SUJEITO NULO NO PB

2.0 Introdução

Este capítulo tem como objetivo principal mostrar a discussão que permeia os estudos sobre o sujeito nulo no Brasil. Em especial, será feita menção aos estudos que deram origem às duas principais correntes nesse sentido: Duarte (1993) e Negrão (1999). O relato das propostas das autoras foi feito com base em Duarte (2000) e Negrão e Viotti (2000). Posteriormente, foi realizada a revisão bibliográfica dos principais e mais atuais estudos sobre as características do sujeito nulo de terceira pessoa no PB. É importante ressaltar que o caráter dessa revisão bibliográfica é eminentemente descritivo e objetiva buscar respostas para as seguintes questões de investigação desta dissertação: a) como o sujeito nulo de terceira pessoa tem sido analisado nos trabalhos sobre o PB? e b) que tipo de dado tem sido utilizado para embasar tais propostas? Os estudos abordados neste capítulo serão Modesto (2000, 2004 e 2008), Rodrigues (2004), Rabelo (2010) e Pilati & Naves (2013).

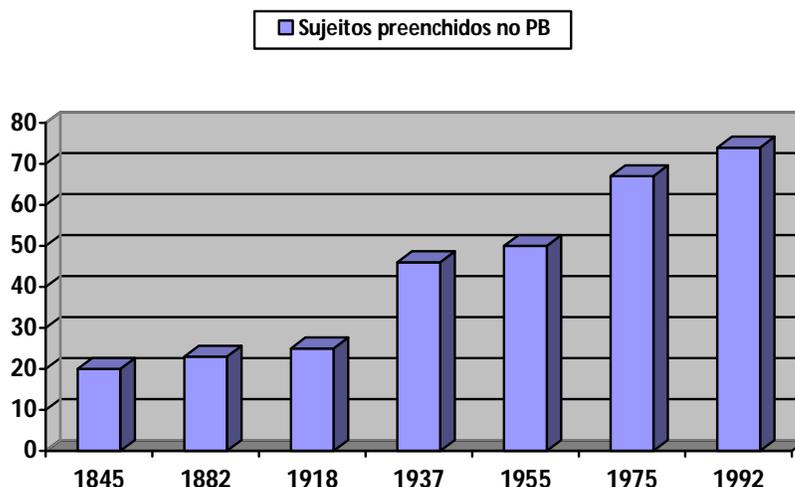
2.1 Sujeito e tópico no PB: os estudos de Duarte (1993, 2000), Negrão (1999) e Negrão & Viotti (2000)

2.1.1 O PB como uma língua de sujeito proeminente: Duarte (1993, 2000)

Segundo Duarte (1993), o PB está em processo de mudança paramétrica no que diz respeito ao parâmetro *pro-drop*; considerada por muito tempo uma língua de sujeito nulo, o PB estaria se tornando uma língua que apresenta sujeito preenchido. A afirmação da autora baseou-se na constatação do decréscimo de sujeitos nulos referenciais no PB e na relação entre essa mudança e a redução do paradigma flexional, motivada, por sua vez, por uma mudança no conjunto dos sujeitos pronominais.

Tanto no estudo diacrônico como sincrônico de dados do PB, Duarte verificou que a posição de sujeito vem sendo preenchida de forma progressiva. Tal fato coincidiu com a redução do paradigma verbal do PB (de seis pessoas gramaticais, a morfologia flexional passou a identificar apenas três: a primeira pessoa do singular, a terceira pessoa do plural e as demais, indicadas pela flexão de terceira pessoa do singular). O gráfico e o quadro abaixo mostram essa relação:

Gráfico 01 – Preenchimento do sujeito em 7 períodos (%)



Fonte: Duarte (2000, p.19)

Quadro 1 – Paradigmas Pronominais e Flexionais no PB

Pessoa/Nº	Pronome	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1ª singular	Eu	am - o	am - o	am - o
2ª singular	Tu	am - as	-	-
	Você	am - a	am - a	am - a
3ª singular	Ele/Ela	am - a	am - a	am - a
1ª plural	Nós	am - amos	am - amos	-
	A gente	-	am - a	am - a
2ª plural	Vós	am - ais	-	-
	Vocês	am - am	am - am	am - am
3ª plural	Eles/Elas	am - am	am - am	am - am

Fonte: Duarte (1993, p.32)

Em relação às mudanças no paradigma flexional, a autora verificou que os efeitos do empobrecimento foram graduais e não atingiram de maneira uniforme as três pessoas do discurso. O maior índice de preenchimento do sujeito foi observado na segunda pessoa, seguida pela primeira e pela terceira, nessa ordem. O fato curioso foi a resistência da terceira pessoa do singular à mudança, apesar de ser a flexão que mais gera ambiguidade na interpretação. Duarte, no intuito de explicar essa resistência, propõe que, dada a perda da identificação pela desinência respectiva, um NP do contexto anterior tornou-se necessário. Segundo a autora, os dados revelaram que não parece haver hoje, no PB, um contexto de obrigatoriedade do sujeito nulo. Esse fato atingiu inclusive os sujeitos arbitrários, que, nos dados sincrônicos analisados, estão preenchidos em 66% dos casos.

Nesse mesmo estudo, a autora realizou uma análise comparativa com o PE, uma língua considerada *pro-drop*. Os falantes, ao contrário do PB, preferem o sujeito nulo e o utilizam de forma mais contundente nos contextos com verbos flexionados na terceira pessoa de orações encaixadas e nos casos de tópico discursivo não ambíguo. Em relação aos sujeitos nulos arbitrários, 80% deles são nulos. Realizando um comparativo entre o paradigma verbal (com seis desinências) utilizado no PE e a incidência de sujeitos nulos nessa língua e o paradigma (com três desinências) e o preenchimento do sujeito no PB, a autora afirma que, no PB, o preenchimento do sujeito está ocorrendo devido à perda do princípio *Evite Pronome*⁷ (Chomsky, 1981) e que nos encontramos em um processo de mudança paramétrica.

Um dos efeitos gerados por esse processo de mudança no PB, segundo a autora, seria a maior incidência de sujeitos deslocados para a esquerda, dado que esse tipo de construção é incompatível com sistemas *pro-drop*: não é encontrado no italiano, e, no espanhol e no PE, tais estruturas são interpretadas como *bearing focus*.⁸ No PB, 7% dos casos analisados continham essa estrutura, mas nenhuma delas estava sujeita às restrições encontradas no PE e no espanhol nem eram restritas à referência definida. Duarte aponta também para uma tendência ao preenchimento dos sujeitos não referenciais no PB. Os sinais que levariam a esse fenômeno são: a) construção de sentenças impessoais com o verbo *haver* substituído por *você tem que*, como mostram os exemplos em (32); b) verbos de alçamento aparecem com os dois verbos flexionados, como mostra (33); c) movimento dos complementos de sentenças infinitivas à posição vazia de sujeito da sentença principal, como em (34); d) verbos com apenas um argumento podem aparecer com dois, como ilustra (35) e e) sujeitos sentenciais antepostos são copiados por um demonstrativo, como em (36):

(32) a. *e_{expl}* Não há/tem mais clientela no centro da cidade.

b. Você não tem mais clientela no centro da cidade.

(33) a. *e_{expl}* Parece que vocês não pensam a sério a vida.

b. Vocês₁ parecem que *pro*₁/vocês₁ não pensam a sério na vida.

(34) a. *e_{expl}* Leva tempo para aprender essas coisas.

⁷ Em linhas gerais, o Princípio “Evite Pronome” considera que, caso o sujeito possa ser recuperado pela morfologia, o sujeito manifesto não é necessário.

⁸ As estruturas de deslocamento à esquerda, em algumas línguas *pro-drop*, referem-se a elementos introduzidos no discurso como tópico.

b. Essas coisas levam tempo para aprender.

(35) a. *e_{expl}* Era em torno de dez pessoas.

b. Isso era em torno de dez pessoas.

(36) a. Que o partido tomou a medida errada *e_{expl}* é evidente.

b. Que o partido tomou a medida errada, isso é evidente.

[Duarte, 2000: 31-32]

2.1.2 O PB como uma língua de tópico proeminente: Negrão (1999) e Negrão & Viotti (2000)

Negrão (1999) e Negrão & Viotti (2000) argumentam em favor de que o português brasileiro (PB) é uma língua voltada para o discurso⁹. Com base em Negrão (1990, 1997, 1999) e em evidências adicionais fornecidas por Negrão & Viotti (2000), é afirmado que a transição pela qual passa o PB não é causada pelo enfraquecimento da concordância, mas vai em sentido oposto: o enfraquecimento da concordância seria consequência do fato de o PB ser/estar se tornando uma língua voltada para o discurso.¹⁰ As autoras afirmam que o preenchimento progressivo do sujeito constatado por Tarallo (1983) e Duarte (1993) não ocasionará uma mudança paramétrica, no sentido de o PB se tornar uma língua de sujeito preenchido. As evidências que sustentam tal afirmação são: a) casos de especialização das formas pronominais; b) fenômenos relacionados ao escopo do quantificador *cada* e c) possibilidades de extração de sintagmas *que* da posição de sujeito de orações subordinadas introduzidas por *que*.

⁹ Negrão & Viotti (2000) consideram que uma língua voltada para o discurso apresenta as seguintes características: a) expressão, na sintaxe aberta, de relações que ocorrem na forma lógica, como tópico discursivo, foco e quantificadores; b) relação entre todo o IP e um constituinte externo; c) tópico como elemento mais relevante; d) possível existência de sujeitos e tópicos nulos; f) apagamento de NP tópico e g) possibilidade de anáforas ligadas no discurso.

¹⁰ Segundo as autoras, os resultados de Negrão (1990) mostram: a) a primeira pessoa, que ainda é identificada pela morfologia no PB, apresenta a maior porcentagem de sujeitos preenchidos (80,3%) em relação à terceira pessoa (52,2%), cuja a morfologia não permite a identificação do sujeito; b) a impossibilidade de identificação do sujeito pela terceira pessoa não é determinante para o preenchimento do sujeito, dado que tanto a terceira pessoa do singular quanto a terceira pessoa do plural apresentaram os índices mais baixos de preenchimento do sujeito; c) o papel da terceira pessoa do singular é inerte em relação à identificação do sujeito, uma vez que os sujeitos que acompanham essa pessoa do discurso são os mais variados e d) a referência dos sujeitos foi determinada pela morfologia em 28 casos, enquanto em 144 casos a referência foi estabelecida mediante a conexão com algum antecedente no discurso.

Em relação às assimetrias encontradas na distribuição de pronomes manifestos e vazios, as autoras seguem Negrão & Müller (1996) e Negrão (1997) e afirmam que a causa da assimetria pronominal no PB é consequência de uma especialização das formas: somente categorias vazias na posição de sujeito podem ter a interpretação de variável ligada. A sentença (37) foi utilizada pelas autoras:

(37) Só o Maluf₁ acha que e_1 vai ganhar as eleições.

[Negrão & Viotti, 2000:110]

Na sentença acima, a interpretação que se tem é: “O único x tal que x acha que x vai ganhar as eleições é Maluf”¹¹ (p. 110), ou, em outras palavras: Maluf é o único candidato que acha que vai ganhar as eleições, inferindo-se dessa afirmação que outros candidatos não acham que vão ganhar as eleições. A sentença (37) é confrontada com (38), abaixo:

(38) Só o Maluf₁ acha que ele_1 vai ganhar as eleições.

[Negrão & Viotti, 2000:110]

Da construção (38), interpreta-se que *Maluf* é a única pessoa que acha que *Maluf* vai ganhar as eleições, inferindo-se que outros candidatos não acham que Maluf vai ganhar as eleições. Em síntese, a categoria vazia trata-se de uma variável ligada porque, mesmo com a mudança do antecedente, ela se refere ao sujeito da oração principal.

Quanto à especialização dos pronomes explícitos no PB, verifica-se que somente eles podem ter uma interpretação do tipo *E-type*.¹²

(39) A Lúcia conheceu alguns garotos₁ na festa e eles₁ acharam ela bonita.

(40) *A Lúcia conheceu alguns garotos₁ na festa e ec_1 acharam ela bonita.

[Negrão & Viotti, 2000:110]

Em (40), verifica-se que a categoria vazia não pode se referir ao sintagma *alguns garotos*, diferentemente do pronome manifesto em (39). Segundo as autoras, a interpretação

¹¹ No original: “[...] the only x such that x thinks that x will win the elections is *Maluf*.”

¹² Um pronome tipo-E (*E-type*) é um pronome que, mesmo ligado a um sintagma quantificado, não apresenta uma interpretação de variável, ou seja, mesmo que o pronome indique o mesmo sintagma, a referência atribuída a ele não é idêntica a de seu antecedente ou pode ser recuperada na sentença que contém o antecedente quantificado.

de (40) é agramatical porque a categoria vazia precisa ser c-comandada pelo seu antecedente e a interpretação *E-type* não ocorre em uma relação de c-comando. Para corroborar essa afirmação, as autoras fornecem os exemplos (41) e (42):

(41) Dois homens amam uma mulher₁ que ela₁ é linda.

(42) Dois homens amam uma mulher₁ que *ec*₁ é linda.

[Negrão & Viotti, 2000: 111]

A diferença de interpretação entre (41) e (42) ocorre, segundo as autoras, devido à interpretação *E-type*: no exemplo (41) o pronome manifesto faz com que *mulher* esteja fora do escopo do sintagma quantificado *dois homens*, com a interpretação de que cada homem ama uma mulher diferente; já a categoria vazia em (42) inclui *mulher* no escopo de *dois homens*, indicando que se trata de uma mesma mulher, amada pelos dois homens.

Relacionada à segunda evidência está o comportamento do quantificador *cada* em sua interação com outros quantificadores. Para tanto, foi utilizada a teoria de Begheli & Stowel (1997)¹³, que, em linhas gerais, define os quantificadores como uma classe heterogênea, que não obedece a um padrão nos movimentos. Dada essa heterogeneidade, os autores propuseram a divisão dessa categoria em nove classes, hierarquicamente distribuídas e com cada quantificador se comportando de uma maneira diferente em relação aos demais. Sem entrar em detalhes, é importante destacar aqui que os quantificadores que se encontram em uma posição externa ao IP são os quantificadores de grupo (*todos, algum, nenhum*) e os distributivos (*cada*). As autoras utilizaram então a relação entre os sintagmas *cada* e *alguns* para a análise (exemplos (43) e (44)).

(43) Cada aluno leu alguns textos.

[Negrão & Viotti, 2000:114]

(44) *Alguns alunos leram cada texto.

[Negrão & Viotti, 2000:115]

Segundo as autoras, a agramaticalidade da segunda sentença se dá pelo fato de que *alguns*, na posição de sujeito, está fora do domínio de *cada*, segundo a hierarquia, ao passo em que, na primeira, *alguns* na posição de objeto encontra-se dentro do domínio de *cada*,

¹³ *The Target Landing Site Theory of Scope.*

quando ele está na posição de sujeito, reforçando assim a idéia de que há uma relação entre o IP e o TP no PB.

A última evidência utilizada são os casos de extração de sintagmas-qu. No PB, a extração da posição de sujeito de orações relativas, orações-complemento e ilhas-qu são gramaticais. O foco dado pelas autoras é em relação à extração da posição de sujeito, que só é possível porque, por ser uma língua orientada para o discurso, o IP funciona como um predicado em relação ao CP, que se torna então o sujeito da sentença. As sentenças de (45) a (48) ilustram essa afirmação:

- (45) [Que animais]₁ [a comida₂ [que t₁ comeram t₂] estava estragada]?
- (46) *[Que animais]₁ [a comida₂ [que t₁ matou t₂] estava estragada]?
- (47) *[Que animais]₁ [a televisão mostrou as crianças₂ [que atacaram t₂]?
- (48) *[Que animais]₂ [a televisão mostrou as crianças₂ [que t₁ alimentaram t₂]?

[Negrão & Viotti, 2000: 120-121]

As quatro sentenças acima mostram, segundo as autoras, que a extração mais legítima é da posição de sujeito das sentenças relativas, indicando a relação de predicação entre o CP e o IP. Entretanto, as sentenças (49) e (50), abaixo, mostram que a extração da posição de objeto de sentenças relativas cujo núcleo é o sujeito são mais aceitáveis:

- (49) *[Que menina]₁ [os alunos₂ [que t₁ convidou t₂ para a festa] se arrependeram]?
- (50) ??[Que menina]₂ [os alunos₁ [que t₁ convidaram t₂ para a festa] se arrependeram]?

[Negrão & Viotti, 2000: 121-122]

Um exame mais acurado das sentenças relativas permitiu a afirmação de que há uma espécie de maior aceitabilidade de extração quando as orações possuem eventos correlatos, exemplos (51) e (52).

- (51) a. Os amigos₁ [que meu aluno₂ encontrou t₁] sabem falar inglês.
b. *[Que aluno₂][os amigos₁ [que t₂ encontrou t₁] sabem falar inglês?
- (52) a. A comida₁ [que a cozinheira₂ fez t₁] matou os animais.
b. [Que cozinheira₂] [a comida₁ [que t₂ fez t₁] matou os animais]]?

[Negrão & Viotti, 2000: 122]

Segundo a autora, tal fato ocorre porque o evento descrito na oração principal parece ser consequência ou subsequente à oração relativa e o sujeito, ao ser extraído, vai para o CP e estabelece uma relação de predicação com o restante do predicado.

2.1.3 Considerações Parciais

Como relatado na introdução desta dissertação, duas correntes principais foram formadas em relação à classificação do PB: a) na primeira delas se assume que o PB está caminhando para o preenchimento total da posição de sujeito devido ao enfraquecimento da concordância. Sob essa visão, o PB estaria em processo de mudança paramétrica, e se tornará uma língua de sujeito preenchido, tal qual o francês e o inglês; b) na outra, também se assume o enfraquecimento flexional; entretanto, postula-se que os sujeitos nulos não deixarão de existir nessa língua, uma vez que o enfraquecimento foi causado pelo fato de o falante ter, no tópico, todos os traços necessários à identificação do sujeito, tornando a identificação pela morfologia desnecessária.

Comparando-se os dois estudos apresentados, a questão que surge – e que constitui a base das divergências teóricas sobre o assunto – é a seguinte: há relação entre o sujeito nulo de terceira pessoa e a flexão verbal? O estudo de Duarte (1993, 2000) é favorável à relação entre sujeito nulo e flexão, uma vez que, como visto acima, seu enfraquecimento causou a perda dos sujeitos nulos referenciais no PB. Negrão & Viotti (2000), seguindo Negrão (1999) ao relacionar a identificação da categoria vazia de terceira pessoa ao tópico e afirmar que o enfraquecimento do paradigma pronominal no PB foi causado pela configuração discursiva dessa língua, descarta a relação direta entre sujeito nulo e flexão verbal.

Uma observação pertinente ao estudo de Negrão (1999), diz respeito a um dos argumentos relacionados pela autora para propor que o PB é uma língua de tópico proeminente. Para estabelecer a relação entre sujeito nulo e tópico, a autora opta caracterizá-lo formalmente como uma variável, ou seja, como um elemento que se liga a outro que se encontra uma posição A'. Um dos argumentos levantados pela autora para caracterizá-lo dessa forma diz respeito à especialização das formas pronominais: enquanto o sujeito nulo possui, segundo a autora, uma leitura de variável ligada (leitura *sloppy*), os pronomes manifestos não. Entretanto, autores como Modesto (2000) e Rodrigues (2004) mostram exemplos em que os pronomes manifestos podem também ter uma leitura idêntica à da variável. Em relação à leitura dos sintagmas manifestos em casos com elipse de VP, Modesto

(2000), afirma que o pronome manifesto, quando utilizado, permite também a leitura *sloppy* como mostra o exemplo (53), a seguir:

(53) O Pedro acha que ele é inteligente e o Paulo também. (leitura *sloppy/strict*)

[Modesto, 2000: 162]

Embora o autor justifique a leitura *sloppy* do pronome manifesto com base nos estudos de Fiengo & May (1994), segundo a qual os índices referenciais não precisam ser preservados, nos casos de elipse de VP e que, portanto, esse não seria um contra-exemplo à proposta de Negrão (1999), vemos que essa possibilidade existe no PB, ou seja: a interpretação de leitura invariante não é restrita apenas ao sujeito nulo nos casos de elipse de VP e pronomes manifestos, nesses casos, podem desempenhar a mesma função atribuída a uma categoria vazia.

Outra questão diz respeito à coindexação da categoria vazia e do pronome manifesto a sintagmas *Só-NP*. Negrão argumenta que a categoria vazia deve ligar-se ao sintagma completo, enquanto categorias pronominais manifestas ligam-se ao sintagma nominal inserido nela. Rodrigues (2004) apresenta contra-exemplo em que tais características não são encontradas:

(54) [Toda fã da [Carla Perez]₁]₂ acha que ela_{1/2} deve agir como mulher do Xandy.

[Rodrigues, 2004:156]

Como se pode ver em (54), o pronome manifesto refere-se tanto ao sintagma completo quanto ao sintagma nominal, diferentemente da proposta de especialização de Negrão (1999).

2.2 Estudos sobre o sujeito nulo no PB

2.2.1 Modesto (2000, 2004, 2008): pesquisas sobre o sujeito nulo em orações encaixadas

Modesto (2000, 2004, 2008) examina os sujeitos nulos das orações encaixadas em contexto *out-of-the-blue*. Em todos os estudos, o autor defende que a identificação da categoria vazia deve ser feita pela ligação a um elemento em posição A'. Em suas três publicações, o autor aperfeiçoou sua análise, incluindo dados e assumindo diferentes classificações para a categoria vazia e para a posição A' em que se encontram os elementos ligados, embora a essência da análise permaneça.

Em Modesto (2000), a categoria vazia é considerada pronominal e a posição A', o especificador de AgrP¹⁴. O autor afirma que a morfologia não identifica o sujeito nulo; para tanto, o autor compara as interpretações dadas ao sujeito nulo de terceira pessoa do PB e do PE (sentenças (55a) e (55b), respectivamente):

- (55) a. O Pedro disse que $pro_{1/*2}$ ganhou na loto. (PB)
 b. O Pedro disse que $pro_{1/2}$ ganhou na loto. (PE) [Modesto, 2000:149]

O autor afirma que em (55a), ao contrário da sentença (55b), a categoria vazia não pode ser dêitica – caso em que o referente estaria saliente no contexto situacional. Essa diferença de interpretação seria causada pelas características da morfologia 3ª pessoa em cada uma dessas línguas. Para o autor, no PB, a impossibilidade de o sujeito nulo de 3ª pessoa se referir por si só está ligada ao fato de a flexão verbal não poder identificar o sujeito nulo, o que impede que *pro* em (55a) seja utilizado como dêitico. Já a morfologia de 3ª pessoa do PE, por permitir a identificação da categoria vazia, permite, por conseguinte, sua interpretação dêitica.

Considerando a impossibilidade de identificação da categoria vazia pela flexão verbal no PB, o autor explica dois comportamentos do sujeito nulo do PB, como a correferência apenas a sintagmas que c-comandam a categoria vazia, conforme exemplo (56) (cf. Negrão, 1997) e a possibilidade de *pro* se referir apenas ao sintagma mais próximo em termos de c-comando, conforme exemplo (59) (cf. Figueiredo Silva, 1994):

- (56) [O amigo do Pedro₂]₁ disse que $pro_{1/*2/*3}$ ganhou na loto. (PB)
 (57) [O amigo do Pedro₂]₁ disse que $pro_{1/2/3}$ ganhou na loto. (PE)
 (58) [O amigo do Pedro₂]₁ disse que $ele_{1/2/3}$ ganhou na loto. (PB)
 [Modesto, 2000:151]

- (59) O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que $pro_{*1/2/*3}$ ganhou. (PB)
 (60) O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que $ele_{1/2/3}$ ganhou. (PB)
 (61) O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que $pro_{1/2/3}$ ganhou. (PE)

[Modesto, 2000:152]

¹⁴ Como se verá a seguir, o autor assume a proposta de Diesing (1990) e Koopman & Sportiche (1991), entre outros autores, em que o especificador da posição mais alta de INFL é, em algumas línguas, uma posição A'.

O autor afirma que, no exemplo (56), a categoria vazia não pode ser interpretada como *Pedro* nem ter uma leitura cujo referente encontra-se no contexto, ao contrário da categoria vazia do PE em (57) e do pronome manifesto do PB em (58). Em (59), a categoria vazia pode ser relacionada somente ao sintagma mais próximo que a c-comanda, qual seja, *Pedro* (não pode ser interpretada como *Paulo*). Novamente, esse comportamento não é verificado nas sentenças (60) e (61), em que o pronome manifesto do PB e a categoria vazia do PE podem ser remetidos tanto a *Paulo* quanto a um referente presente no discurso. Com base nessa comparação, o autor atribui a diferença de interpretação existente – entre a categoria vazia do PB, de um lado, e entre o pronome manifesto do PB e a categoria vazia do PE, de outro –, ao fato de que os dois últimos possuem os traços de pessoa e número – sejam adquiridos pela morfologia, como no caso do PE, sejam intrínsecos, como nos pronomes explícitos do PB –, diferentemente do que ocorre com a categoria vazia do PB, que não possui os traços de pessoa e número nem pode adquiri-los da morfologia, que é inerte. Dessa forma, para garantir que *pro* seja interpretado, é necessário um antecedente.

Para explicar o comportamento de variável de *pro*, Modesto utiliza como evidência os casos de topicalização de objetos, como em (62) e (63):

(62) Quem₁ que o Pedro₂ convenceu t₁ que pro_{1/???2} tinha que ir embora?

(63) A Maria₁, o Pedro₂ convenceu t₁ que pro_{1/2} tinha que ir embora.

[Modesto, 2000:153]

Com base nos exemplos (62) e (63), o autor mostra que, quando o objeto é passado à posição de tópico, uma posição A', ele passa a ser um referente possível (quando não o único) para o sujeito nulo, o que o leva à conclusão de que os sujeitos, nas sentenças do PB, também ocupam uma posição A'. Diante de fatos como a presença de quantificadores na posição de sujeito e a ausência de ambiguidade nos casos em que o tópico é gerado, como em (64) e (65), o autor exclui a possibilidade de tanto os sujeitos quanto os elementos movidos ocuparem a posição de tópico.

(64) A Maria₁, o Cadu₂ convenceu ela₁ que pro_{*1/2} tinha que ir embora.

(65) A Maria₁, o Cadu₂ quase chorou depois que pro_{*1/2} foi embora.

[Modesto, 2000:154]

Considerando os estudos de Koopman e Sportiche (1991), entre outros autores, de que a posição de especificador da projeção Infl mais alta é uma possível posição A' em algumas línguas, e de Beletti (1990), de que essa posição mais alta é AgrP, o autor afirma que os sujeitos em PB se movem para o Spec dessa posição. O que motivaria o movimento para A', no PB, seria o fato de que, nas línguas de concordância pobre, a única forma de licenciar AgrP é preencher o seu especificador.

Para confirmar empiricamente sua proposta, o autor explica quatro fenômenos com base em sua hipótese: a) a especialização das formas pronominais proposta por Negrão (1997); b) ligação da categoria vazia ao sujeito mais próximo em termos de c-comando; c) impossibilidade de se ter sujeitos nulos em sentenças relativas, mas não em outros NPs complexos ou ilhas de adjuntos.

Em relação ao primeiro item, Negrão (1997) mostra a existência de uma especialização no uso de pronomes nulos em oposição aos pronomes manifestos. Segundo a autora, pronomes nulos são utilizados apenas quando uma leitura de variável ligada é necessária, diferentemente dos pronomes manifestos (ou de sujeitos nulos em línguas de sujeito nulo consistente), que nunca podem ser utilizados com essa intenção. A leitura *sloppy* em sentenças como (66) e a diferença de interpretação entre sujeitos nulos e manifestos em sentenças do tipo (67) são tomados pela autora como exemplo:

(66) O Pedro₁ acha que é inteligente e o Paulo₂ também. (leitura *sloppy*)

(67) a. Só Maluf₁ acha que pro₁ vai ganhar as eleições.

b. Só Maluf₁ acha que ele₁ vai ganhar as eleições.

[Modesto, 2000:161]

Em (66), segundo a autora, a única leitura possível para o sujeito nulo no VP elidido é “Pedro acha que é inteligente e o Paulo também (acha que *Paulo* é inteligente), o que caracterizaria o sujeito nulo como uma variável. Já as construções em (67), segundo aponta Negrão (1997, p. 161) possuem as seguintes interpretações: (67a) “o único *x* tal que *x* acha que *x* vai ganhar as eleições é Maluf” e (67b) “o único *x* que acha que Maluf vai ganhar as eleições é Maluf”. Em relação à especialização das formas proposta por Negrão, Modesto afirma que haveria somente um obstáculo em se aceitar totalmente essa proposta: nos casos em que o pronome manifesto é utilizado, a leitura *sloppy* também é verificada, como mostra (68):

(68) O Pedro₁ acha que ele é inteligente e o Paulo₂ também. (leitura estrita/*sloppy*)

Entretanto, o autor explica que esse não é um problema, se se considerar a teoria do VP elidido de Fiengo & May (1994), segundo a qual os índices referenciais não precisam ser preservados quando o VP elidido é reconstruído em LF. Assim, conforme afirma o autor, a leitura *sloppy* dos pronomes manifestos “[...] não constituem nenhum contra-argumento à afirmação de Negrão de que pronomes explícitos não podem ser ligados, porque a leitura *sloppy* pode ser construída sem se recorrer ao pronome no VP antecedente como variável”¹⁵ (p. 162, tradução minha).

O segundo fenômeno explicado pelo autor está relacionado a três fatos apontados como efeitos da minimalidade: a) impossibilidade de *pro* ligar-se a um sujeito mais distante, como em (69); b) inexistência de sujeitos nulos em sentenças relativas, como em (70) e (71) e c) ligação de *pro* ao sujeito da oração principal mesmo dentro de ilhas fortes (72) e (73).

(69) O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que *pro**_{1/2} ganhou.

(70) *A Maria achou um carro que tem grana para comprar.

(71) *A Maria não gostou do livro que revisou.

(72) A Maria₁ se esquece do fato de que *pro*₁ vai ganhar menos no novo emprego.

(73) O presidente₁ negou os rumores de que *pro*₁ recebeu dinheiro de empresários.

[Modesto, 2000: 163-164]

Segundo o autor, em (69), *pro* deve achar um ligador potencialmente mais próximo em termos de c-comando para obter identificação; a impossibilidade de a categoria vazia se referir a *Paulo* é causada pela minimalidade. As construções (70) e (71) são agramaticais devido à interferência do operador da sentença relativa. Em ambos os casos, *pro*, que busca sempre o sintagma mais próximo que o c-comanda, está ligado ao operador *que* e não a *Maria*, um sintagma nas mesmas condições, mas estruturalmente mais distante. Em (72) e (73), conforme o autor, não se espera que sujeitos nulos sejam barrados em ilhas fortes, já que

¹⁵ No original: “[...] does not present any counter argument for Negrão’s claim that overt pronouns cannot be bound because the sloppy reading can be construed without resorting to taking the pronoun in the antecedent VP to be a variable.”

“essa categoria não é gerada por movimento e nada impede *pro* de ser ligado por um sujeito mais alto quando em um adjunto ou um NP complexo” (p. 163-164, tradução minha).¹⁶

Em Modesto (2004), o autor não mais considera o sujeito nulo uma categoria pronominal. Comparando os sujeitos nulos do PB, finlandês e chinês, o autor defende que a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito trata-se de um tópico nulo.

A modificação da classificação da categoria vazia em PB foi causada pelos motivos que geram as interpretações das sentenças abaixo, as quais não foram, segundo o autor, verificadas por Huang (1984) ao comparar o chinês ao inglês:

(74) John₁ said that he_{1/3} knew Bill.

‘Jonh falou que ele conheceu Bill.’

(75) Zhangsan₁ shuo [*e*_{1/3} bu renshi Lisi]

‘Zhangsan disse [ele] não conhece Lisi.’

[Modesto, 2004:122]

O autor afirma que a aparente similaridade entre as sentenças em (74) e (75) é causada pela possibilidade de a categoria vazia no chinês poder obter a sua interpretação a partir da ligação a um tópico discursivo. Sem um contexto prévio, a categoria vazia dessa sentença – pronominal na visão de Huang – pode se referir apenas ao sujeito da oração matriz, diferentemente do pronome manifesto do inglês.

Diante dessa constatação, Modesto mostra outra diferença de interpretação entre o pronome manifesto do inglês e a categoria vazia do chinês: na presença de dois antecedentes possíveis, o pronome manifesto do inglês permite a referência a ambas (76), enquanto o chinês, apenas ao sujeito da oração principal (77):

(76) Bill₁ told Joe₂ that he_{1/2} won the championship.

‘Bill falou pro Joe que ele ganhou o campeonato.’

(77) Zhangsan₁ gaosu Lisi₂ *e*_{1/*2} ying le guanjun.

‘Zhangsan falou pro Lisi que [ele] ganhou o campeonato.’

[Modesto, 2004:124]

¹⁶ No original: “[...] since this empty category is not generated by movement and nothing prevents *pro* from being bound by the higher subject when in an adjunct clause or a complex NP”.

O autor conclui que a categoria vazia no chinês não se comporta como o pronome manifesto do inglês em contextos como acima. O autor mostra que essa categoria também não se comporta como as categorias vazias em línguas tipicamente *pro-drop*, como o italiano (exemplo (78), abaixo):

(78) Paola₁ há detto che $e_{1/3}$ há baciato Gianni.

‘Paola disse que [ela] beijou Gianni.’

(79) Zhangsan₁ shuo $e_{1/*2}$ hen xihuan Wu Tongzhi.

‘Zhangsan disse que [ele] gosta do camarada Wu.’

[Modesto, 2004:126]

O mesmo comportamento dos sujeitos nulos em sentenças encaixadas do chinês, ou seja, a referência da categoria vazia apenas ao sujeito da oração principal em contextos *out-of-the-blue*, é verificado pelo autor em sentenças do PB, como em (80) e do finlandês, como em (81):

(80) a. O Feco₁ convenceu a Dani₂ que $e_{1/*2}$ ganhou o campeonato.

b. O Feco₁ avisou a Dani₂ que $e_{1/*2}$ vai ganhar.

(81) a. Liisa₁ vakuuti Jussile₂ että $e_{1/*2}$ voi tulla valituksi.

‘Liisa assegurou ao Jussi que [ela] pode se eleger.’

b. Liisa₁ tkashi Jussile₂ että $e_{1/*2}$ saa ylennyksen.

‘Liisa garantiu ao Jussi que [ela] vai ser promovida.’

[Modesto, 2004:122]

Dado que: a) o PB e o finlandês apresentam comportamento similar ao chinês nesses casos; b) o autor demonstrou que a categoria vazia do chinês apresenta diferenças em relação às possibilidades de referência da categoria vazia quando comparadas a línguas como o inglês e o italiano e c) em casos como (75), a categoria vazia do chinês apenas aparentemente se comporta como o pronome manifesto do inglês (já que a interpretação da categoria vazia como referente a um elemento do discurso não é causada pela possibilidade de ligação dessa categoria a um tópico discursivo), o autor passa a analisar as categorias vazias do chinês, PB e finlandês sob outro prisma, e descarta a classificação dessa categoria vazia como pronominal.

O autor se propõe, então, explicar o comportamento da categoria vazia nessas três línguas. Como o foco deste estudo são os sujeitos nulos no PB, apenas as características dessa língua serão mostradas.

Um dos argumentos utilizados pelo autor é a relação entre movimento do constituinte e possibilidade de interpretação da categoria vazia. Modesto explica que, no PB, o objeto não pode ser tomado como antecedente do sujeito nulo, a não ser quando movido (sentenças (82) e (83)), relativizado (sentenças (82) e (83)) ou topicalizado (sentenças (82) e (83)); nesses casos, o sujeito deixa de ser um antecedente possível para a categoria vazia.

- (82) a. Quem₂ que o Feco₁ avisou t₂ que e_{*1/2} precisa trabalhar até mais tarde?
 b. O cara₂ que o Feco₁ avisou t₂ que e_{*1/2} precisa trabalhar até mais tarde já chegou.
 c. A Dani₂, o Feco₁ avisou t₂ que e_{*1/2} precisa trabalhar até mais tarde.
- (83) a. Quem₂ que o Feco₁ convenceu t₂ que e_{*1/2} pode se eleger?
 b. O cara₂ que o Feco₁ convenceu t₂ que e_{*1/2} pode se eleger já chegou.
 c. A Dani₂, o Feco₁ convenceu t₂ que e_{*1/2} pode se eleger.

[Modesto, 2004: 130]

Em relação às sentenças em (82) e (83), o autor afirma que o sujeito só poderia ser um referente para a categoria vazia quando, na oração encaixada, um pronome manifesto é inserido (nesse caso, a sentença se tornaria ambígua). Em relação às sentenças (82) e (83), a ambiguidade existente é explicada pelo autor pelo fato de apenas tópicos poderem ser gerados em uma posição deslocada, conforme os exemplos (84):

- (84) a. *Quem₁ que o Feco conhece o jornalista que entrevistou e₁?
 b. *O cara₁ que o Feco₁ conhece o jornalista que entrevistou e₁ já chegou.
 c. A Dani₁, o Feco conhece o jornalista que entrevistou e₁.

[Modesto, 2004: 130]

Com base nos exemplos acima, o autor explica que a ambiguidade existente quando se considera um tópico é causada justamente pelo fato de esse elemento poder ser gerado ou movido: quando se considera que o tópico foi movido, ele é o único referente possível para a categoria vazia; quando se considera que ele foi gerado, é o sujeito quem passa a ser o único antecedente possível.

A confirmação da relação entre movimento e possibilidade um constituinte ser uma possível referência para o sujeito nulo é feita pelo autor com base na inserção de pronomes resumptivos na posição de extração de dentro da ilha, como mostra o exemplo em (85):

- (85) a. ?O cara₁ que o Feco₁ conhece o jornalista que entrevistou ele₁ já chegou.
 b. ?O cara₂ que o Feco₁ convenceu ele₂ que e_{1/*2} pode se eleger já chegou.

[Modesto, 2004: 131]

O autor mostra, com os exemplos acima, que a sentença (85a), antes agramatical (cf. (84b)), tem sua agramaticalidade melhorada quando se insere um pronome resumptivo. Já em (85b) o autor mostra que, quando um pronome resumptivo é inserido na posição de objeto, o sujeito passa a ser o único antecedente possível para a categoria vazia. Sobre (85b), o autor afirma que “quando essa estratégia é utilizada, a cabeça da relativa não é mais um possível antecedente para o sujeito nulo. Essa leitura seria possível apenas se um pronome pleno ocupasse a posição de sujeito” (p.131).

Quando se considera que um tópico é gerado – o que é feito pela inserção de um pronome resumptivo –, somente o sujeito pode ser o referente da categoria vazia (exemplo (86), abaixo), segundo Modesto, o que também ressalta a necessidade de movimento:

- (86) A Dani₂, o Feco₁ convenceu ela₂ que e_{1/*2} pode se eleger.

[Modesto, 2004:131]

O autor argumenta ainda que o fato de sintagmas-qu deixados *in situ* não poderem ser admitidos como antecedentes de um sujeito nulo na oração encaixada também confirma a relação entre antecedência e referência, como em (87):

- (87) O Feco₁ convenceu quem₂ que e_{1/*2} pode se eleger?

[Modesto, 2004: 132]

A intenção do autor ao mostrar tais dados está em defender que apenas elementos localizados em uma posição A', que não a de tópico, podem ser referentes da categoria vazia. Assim, Com base nos dados acima, o autor afirma que:

[...] em línguas orientadas para o discurso, o núcleo F(ocus)P sempre é gerado (em toda oração) com um traço OCC (EPP) e, então, algum constituinte é

necessariamente movido para a posição de Spec desse núcleo e interpretado como tópico contrastivo” (MODESTO, 2004, p.133).

Assim, os sujeitos nulos são possíveis nessas línguas porque é permitido que um tópico seja apagado em uma cadeia de tópicos. O autor, com o exemplo em (88), explica como isso acontece:

(88) [FP O Feco₁ [IP t₁ convenceu a Dani₂ [CP que [FP ~~e~~₁ [IP t₁ pode se eleger]]]]]

O sujeito da oração matriz ‘o Feco’ move-se para SpecIP e de lá para SpecFP, para satisfazer o traço OCC dessa categoria. Na oração encaixada, da mesma forma, o sujeito é movido para SpecFP depois de passar por SpecIP. Nessa posição, o sujeito encaixado e o sujeito matriz formam uma cadeia de tópicos e o primeiro pode ser apagado em PF (p.134).

Segundo o autor, essa análise explica as demais características desses sujeitos, já apontadas em Modesto (2000): a) a noção de c-comando é necessária à formação de uma cadeia de tópicos; por isso os sujeitos nulos só admitem como referente sintagmas que os c-comandam; b) a cadeia de tópico só é formada se o sujeito da oração encaixada possuir as mesmas características do antecedente da oração principal; por isso a impossibilidade de antecedentes divididos no PB e c) o apagamento do tópico torna o sujeito nulo uma variável; por isso a leitura *sloppy* dos sujeitos nulos de VPs elididos e invariante de antecedentes só-NP (para exemplos ver Modesto (2000), acima).

Modesto também explica outro ponto com a sua análise: os efeitos de intervenção causados por expressões referenciais, como em (89):

- (89) a. O Feco₁ me falou que e₁ vende cachorro quente na praia.
b. O Feco₁ me falou que na praia e*₁ vende cachorro quente.

[Modesto, 2004:140]

Dados os contrastes em (89) e a análise de apagamento de tópico proposta pelo autor, ele argumenta que efeitos desse tipo são esperados, já que a expressão referencial impede a formação de uma cadeia de tópicos.

Modesto (2008) adaptou a proposta teórica de 2004 ao Programa Minimalista. Assim, a análise permaneceu focada nos sujeitos nulos presentes em orações encaixadas no português brasileiro (PB), finlandês e chinês.

A proposta formal do autor é que um núcleo funcional F(ocus), acima do TP, possui um traço EPP, o que leva um constituinte a necessariamente se mover para aquela posição. Nas palavras do autor:

[...] um núcleo F, acima do TP, sempre carrega um traço OCC (EPP) [...] o qual causa necessariamente o movimento de um constituinte à posição de especificador. Esse constituinte é interpretado como tópico não marcado, significando simplesmente que há uma relação de predicação com todo o TP (p.389, tradução minha)¹⁷

Em relação ao sujeito nulo, o autor considera os sujeitos nulos grupos não referenciais de traços-phi, ou phiP, nos termos de Holmberg (2005). Ele explica que em línguas de sujeito nulo consistentes, que apresentam concordância rica, a identificação em questão é feita pela concordância. Já nas línguas voltadas para o discurso, como o PB, o finlandês e o chinês, considerando que “a concordância não pode fornecer uma referência (ou identificar) o phiP, a única forma de interpretá-la, será considerando-a como uma variável em LF” (p.389, tradução minha)¹⁸. Assim, a identificação da categoria vazia, segundo o autor, é feita pelo constituinte que ocupa a posição de sujeito em SpecFP, o que os torna iguais e permite o apagamento do sujeito nulo da oração encaixada, já que phiP é considerado um conjunto de traços e esses traços, pela ligação tornam o sujeito da oração principal e phiP indistinguíveis.

Para comprovar sua proposta e relacionar as três línguas, o autor mostra que o efeito de interveniência também ocorre no chinês e no finlandês. Segundo Modesto, como a relação que se tem entre o sujeito nulo da encaixada e o sujeito da oração principal é de ligação, esse efeito é esperado, como ilustram (90) e (91):

(90) a. Oppilas₁ tietää ettei e₁ pysty ratkaisemaan tehtävää.

Student knows that-not assignment can solve

‘The student knows that he can’t solve the assignment.’

b. Oppilas₁ tietää ettei tehtävää pysty e₁ratkaisemaan.

Student knows that-not assignment can solve

‘The student knows that the assignment can’t be solved.’

¹⁷ No original: [...] a head F, above TP, always bears the OCC (=EPP) feature [...] which causes one constituent necessarily to be moved to its specifier position. Such a moved constituent is interpreted as an unmarked topic, meaning simply that it has a predication relation with the whole TP”.

¹⁸ No original: [...] agreement cannot provide a reference (or identify) the phiP, the only way to interpret it will be taking it to be a variable at LF.

- (91) a. O Feco₁ me falou que e_1 vende cachorro quente na praia.
 b. O Feco₁ me falou que na praia $e_{*1/3}$ vende cachorro quente.
 c. Na praia, o Feco₁ me falou que (e_1)vende cachorro quente.

[Modesto, 2008:399-400]

Para o autor, os exemplos (90) e (91) mostram que, se há um elemento que ocupa SpecFP, a cadeia entre o sujeito nulo e o sujeito da oração principal é desfeita e o sujeito da oração encaixada é interpretado como genérico.

2.2.2 Rodrigues (2004): movimento do sujeito da oração encaixada

Rodrigues (2004) analisa sujeitos nulos encaixados de terceira pessoa em português brasileiro, comparando-os com o finlandês. Entretanto, para a autora, tais categorias são formadas por movimento. A autora assume, para tanto, que a morfologia verbal dessas línguas possui o traço-D necessário ao preenchimento do EPP, mas é defectiva em relação aos traços-phi (não diferencia pessoa e número), o que leva ao movimento do DP sujeito da oração encaixada para a checagem de Caso no verbo da oração principal. Os argumentos utilizados por Rodrigues para comprovar o movimento de DPs sujeitos são os seguintes: a) comportamento anafórico dos sujeitos nulos; b) obediência do sujeito nulo às Condições Mínimas de Ligação (MLC), ou seja, em uma sentença encaixada, o sujeito nulo se liga ao sintagma mais próximo que o *c*-comanda; c) inexistência de sujeitos nulos em orações relativas; d) presença das características de controle obrigatório nos sujeitos nulos (segundo Hornstein, a autora considera PRO derivado de movimento); e) inexistência de sujeitos nulos em sentenças iniciadas por *como*. A autora ainda apresenta a concordância de gênero como um argumento adicional para a noção de movimento do sujeito.

Em relação ao preenchimento do EPP, a autora afirma que a sentença-raiz (92), abaixo, por ser gramatical com sujeito nulo, constitui uma evidência de que a morfologia apresenta o traço-D necessário ao preenchimento do EPP.

- (92) Tem muita coisa aqui nessa loja.

[Rodrigues, 2004:122]

Diferentemente de (92), em sentenças finitas com sujeito referencial, como em (93), um item com os traços-phi completos deve ser inserido na sentença encaixada, de forma que o

papel temático¹⁹ possa ser atribuído e T apagado. A autora afirma que a posição de especificador de T não precisa ser projetada, já que a concordância é capaz de satisfazer o EPP. O DP é, então, movido para a sentença principal.

(93) João₁ disse que e₁ comprou um carro.

[Rodrigues, 2004:123]

A primeira evidência utilizada pela autora para atestar o movimento de um sujeito da oração encaixada para a posição de sujeito da oração principal é o comportamento anafórico do sujeito nulo, como ilustra (94) e (95):

(94) *e estava cansado.

(95) O João₁ disse que e₁ estava cansado.

[Rodrigues, 2004:134]

Confrontando-se as sentenças (94) e (95), a autora mostra que, no PB, sujeitos nulos referenciais não são possíveis sem um antecedente. Uma evidência adicional ao comportamento anafórico do sujeito é a agramaticalidade de sentenças formadas com sujeitos nulos encaixados que se referem a um expletivo (como (96)):

(96) *pro_{expl} parece que e₁ tinha telefonado.

[Rodrigues, 2004:135]

A segunda evidência em favor do movimento do sujeito diz respeito a uma característica dos antecedentes dos sujeitos nulos encaixados: o antecedente deve ser o sintagma mais próximo que c-comanda a categoria vazia. A sentença (97) mostra essa característica:

(97) O Paulo₁ me contou que o João₂ disse que e*_{1/2} vai ser promovido.

[Rodrigues, 2004:137]

¹⁹ A autora considera que “o papel temático é formado por traços e que não há limites para o número de papéis temáticos que um DP pode ter” (p. 123, tradução minha).

A impossibilidade de referência da categoria vazia ao DP *Paulo* em (97) mostra que o sujeito nulo não pode possuir outros sujeitos que não sejam os sintagmas mais próximos que o c-comandam. Entretanto, a própria autora levanta um contra-argumento a essa afirmação: sentenças construídas com verbos de alçamento são gramaticais (98):

(98) A Maria₁ me disse que parece que e₁ vai ser promovida.

[Rodrigues, 2004:139]

Além disso, quando uma sentença é construída com um verbo de alçamento, o sujeito nulo da oração encaixada não concorda com a categoria vazia expletiva, como mostra o exemplo (99), do PB:

(99) *?Os meninos₁ me falaram que parece que e₁ vão ser promovidos.

[Rodrigues, 2004:140]

Como afirma a autora, o movimento do DP *os meninos* violaria a minimalidade. No entanto, Rodrigues postula que sujeitos expletivos não existem como itens independentes em PB, pois o EPP do verbo de alçamento é satisfeito pela concordância. Dessa forma, a minimalidade não é violada e as sentenças em (98) são explicadas.

Em seguida, a autora aborda um caso interveniência. Os locativos, no PB, bloqueiam a correferência entre um sujeito nulo e o sujeito da oração principal, como se verifica em (100):

(100) a. João₁ me contou que na praia *(e₁) vende cachorro quente.

b. João₁ me contou que e₁ vende cachorro quente na praia.

[Rodrigues, 2004: 142]

Em relação aos exemplos em (100), a autora afirma que somente uma expressão referencial pode bloquear a correferência. Essa afirmação é corroborada pela autora com o exemplo (101) abaixo, em que um sintagma adverbial está na mesma posição do locativo e não atua como um interveniente.

(101) O João₁ me contou que todos os dias e₁ vende cachorro quente na praia.

[Rodrigues, 2004: 143]

A terceira evidência utilizada para postular o movimento em orações finitas são as propriedades de controle obrigatório presentes nos sujeitos nulos em PB. A autora mostra que, no PB, são encontradas todas as propriedades de controle obrigatório sugeridas por Hornstein (1999, 2001): a) o elemento controlado é anafórico; b) antecedentes divididos não são permitidos; c) uma leitura *de se* é obrigatória; d) no formato *só-NP* apenas uma interpretação covariante é possível.

Em relação à propriedade anafórica da categoria vazia, a autora fornece os exemplos em (102):

- (102) a. * Parece que saiu.
 b. [O Pai do Paulo₁]₂ disse que e₂ vai ser promovido.
 c. O Paulo₁ sabe que o João₂ disse que e_{*1/2} tinha de sair.

[Rodrigues, 2004: 145]

Segundo a autora, os exemplos acima mostram que a categoria vazia precisa de um antecedente, o qual deve ser o sintagma mais próximo que a c-comanda.

O exemplo em (103), retirado de Figueiredo Silva (1996), reflete a propriedade de a categoria vazia não admitir antecedentes divididos:

- (103) *A Maria₁ disse que o João₂ acredita que e₁₊₂ vão morar juntos.

[Rodrigues, 2004: 146]

A interpretação *de se* do sujeito nulo encaixado (na qual o próprio protagonista do evento atribui a ele mesmo a propriedade do evento descrito com o sujeito nulo) pode ser verificada em (105), segundo a autora. Considerando o texto em (104), a afirmação em (105) é falsa, enquanto em (106) pode ser verdadeira ou falsa:

- (104) Devido ao Alzheimer, Ronald Reagan não consegue se lembrar quem era. Um dia, lendo o jornal, ele leu a manchete: “Reagan foi o quadragésimo presidente dos EUA”. Após terminar o artigo, Ronald Reagan soube que uma pessoa chamada Reagan foi o quadragésimo presidente dos EUA.

- (105) O Ronald Reagan₁ sabe que e₁ foi o quadragésimo presidente dos EUA.

(106) O [Ronald Reagan₁]₂ sabe que ele_{1/2} foi o quadragésimo presidente dos EUA.

[Rodrigues, 2004: 149-150]

Segundo a autora, a interpretação em (105) é falsa se se considera que o sujeito nulo é formado por movimento, o que força a interpretação *de se*, já que a única referência possível para o sujeito nulo é *Ronald Reagan*, considerando que esse sintagma é uma cópia do sujeito nulo, diferentemente do que ocorre em (106). Nessa sentença, o uso do pronome manifesto permite a identificação do pronome manifesto tanto com o sintagma completo quanto com o NP *Reagan*, pois a leitura *de se* não é obrigatória. O que a autora quer mostrar neste exemplo é que o sujeito nulo não se comporta como um pronome, mas como uma anáfora, diferentemente do sujeito manifesto, que permite uma dupla leitura. Essa leitura anafórica do sujeito nulo pode ser explicada pelo movimento, ou seja, considerando a categoria nula como traço do movimento do sujeito, que agora está na oração principal.

A leitura invariante de sujeitos nulos ligados a sintagmas formados por *só-DP*, como em (107), retirado de Negrão (1999), também é explicado pelo movimento por Rodrigues:

(107) a. [Só o Maluf]₁ acha que e₁ vai ganhar as eleições.

b. Só o [Maluf]₁ acha que ele₁ vai ganhar as eleições.

[Rodrigues, 2004:155]

As duas sentenças acima apresentam diferenças quanto à interpretação, segundo Negrão: em (107a), o sujeito nulo de terceira pessoa não pode se referir apenas ao NP *Maluf*, ao contrário do pronome explícito em (107b); a categoria vazia, nesse caso, se refere ao sintagma inteiro. Rodrigues afirma que a leitura invariante da categoria nula ocorre devido ao movimento do sintagma inteiro à posição de sujeito.

No PB, segundo a autora, sentenças seguidas de *como* não permitem sujeitos nulos correferentes ao sujeito da oração principal. Ela explica que o conectivo *como*, diferentemente de *que*, não permite o estabelecimento de uma dependência sintática com a oração principal, como se pode ver em (108):

(108) a. [o que]₁ a Maria não é capaz de ver que/*como ela está fazendo errado.

b. Ele nunca vai ver que/*como nada está acontecendo na vida dele.

c. Ninguém vê que/*como é parte do sistema.

[Rodrigues, 2004:161]

Considerando a ausência de dependência sintática em sentenças nesse formato, a autora afirma que sentenças como (109) são agramaticais, já que não é possível, segundo ela, estabelecer uma dependência sintática entre a categoria vazia e o sujeito da oração principal:

(109) Com o tempo, a Maria₁ vai ver como ela_{1/2}/*e₁ tem razão.

[Rodrigues, 2004:163]

A explicação da autora para esse fato se inicia na concepção da estrutura do conectivo *como*. Seguindo o estudo de Torrego & Uriagereka (1995), o conectivo é considerado uma “categoria bimorfêmica, composta por um item D, representado pelo morfema *co-*, e um predicado, representado por *-mo*” (RODRIGUES, p.163). A estrutura interna de *como* seria, então, hierarquicamente dividida, permitindo um argumento externo e um interno. Dessa forma, o sujeito de orações iniciadas por *como*, segundo a concepção da autora, deve ser explícito: se sujeitos nulos não podem existir em construções desse tipo é porque o Spec de *co-* deve ser preenchido (é o que ocorre com o pronome manifesto). Como o sujeito é formado por movimento, ele deveria ir para o Spec de *co-*, o que impediria seu movimento para SpecTP.

Em relação às sentenças relativas, segundo a autora, os sujeitos nulos se comportam como traços de *qu-* (111), sendo impossíveis de ocorrer em sentenças relativas, como mostra (110):

(110) O João₁ encontrou a carteira que ele/e*₁ perdeu.

(111) *Quem₁ que o João encontrou a carteira que e₁ perdeu?

[Rodrigues, 2004:170]

Essa restrição ocorre inclusive quando o referente é quantificador, como em (112):

(112) Ninguém₁ encontrou a carteira que e₁/e₁ perdeu.

[Rodrigues, 2004:175]

A autora explica que, no PB, uma operação de movimento-A não pode ocorrer em uma oração relativa, já que esse movimento viola a MLC. Em (112), o sintagma *que carteira* ocupa SpecCP e é um antecedente mais próximo que o sintagma *João*. Já no finlandês, a

autora afirma que o núcleo da sentença relativa e o sujeito se movem para a periferia esquerda da sentença (o núcleo da relativa para SpecCP e o sujeito para SpecFP, uma posição logo abaixo do CP); por isso nessa língua a referência do sujeito nulo ao sujeito da oração principal é possível.

2.2.3 Rabelo (2010): sujeitos nulos em orações finitas e infinitivas

Rabelo (2010), com base na análise dos sujeitos nulos de orações finitas e infinitivas do português brasileiro (PB), propõe uma abordagem unificada aos sujeitos nulos de primeira e de terceira pessoas nos dois tipos de orações. Para ela, a morfologia, em todos os casos, permite a realização do sujeito nulo no PB. As diferenças verificadas na interpretação de cada pessoa gramatical em orações finitas ocorrem devido à presença/ausência da propriedade que permite a interpretação definida do sujeito nulo. As evidências utilizadas pela autora para essa afirmação são as características dos sujeitos de primeira e de terceira pessoa em orações dependentes e independentes.

A autora utiliza como suporte teórico a proposta de Manzini & Savóia (2007), a qual unifica os níveis morfológico e sintático de representação e considera que as estruturas linguísticas são projetadas com base em itens lexicais, os quais possuem conteúdo fonológico e interpretativo. Assim, conforme afirma a autora, “traços como, número, pessoa, gênero e caso são abandonados em favor das especificações dos itens lexicais” (p.51). Os autores adotam a noção de cadeia, definida como:

[...] compartilhamento de uma única posição (*slot*) argumental e abarca cadeias tradicionalmente definidas em termos de movimento (caso em que apenas uma cópia é lexicalizada), que são observadas quando um elemento é lexicalizado em um ponto da sentença, mas é interpretado em outro, e cadeias formadas por dois (ou mais) elementos lexicais lexicalizados em pontos distintos da sentença. (RABELO, 2010, p.52, nota de rodapé)

Nesse contexto, o sujeito é definido por uma propriedade denotacional (D), possível de ser lexicalizada em diversas posições na oração e presente nas marcas de concordância dos verbos finitos. A relação entre o afixo de concordância e um pronome ocorre mediante concordância. Rabelo afirma que concordância, em seu trabalho, não significa checagem de traços; aproxima-se mais da relação que ocorre entre um elemento anafórico e seu antecedente, ou seja, ambos devem ser compatíveis entre si.

Inserida nesse quadro teórico, Rabelo primeiramente caracteriza o sujeito nulo do PB em orações finitas dependentes e independentes. A descrição das propriedades foi feita conforme o tipo de oração (independente ou dependente). Assim, em relação às orações

finitas independentes com sujeitos nulos de primeira pessoa, o sujeito nulo, plural ou singular, é licenciado e se alterna com o sujeito manifesto, como ilustram as sentenças em (113) e (114), abaixo:

- (113) a. (eu) saí ontem bem mais cedo.
 b. (eu) encontrei a Sofia em frente à escola.
 c. (eu) vou sempre de carro para o trabalho.

- (114) a. (nós) saímos ontem bem mais cedo.
 b. (nós) encontramos a Sofia em frente à escola.
 c. (nós) vamos sempre de carro para o trabalho.

[Rabelo, 2010:60]

Nas orações independentes com sujeitos nulos de terceira pessoa, o sujeito nulo de referência definida não é licenciado, como demonstram os exemplos (115), no singular, e (116), no plural; deve-se garantir a inserção do pronome. O sujeito nulo de terceira pessoa só é possível quando a interpretação é arbitrária (117) ou quando a referência é recuperada no discurso (118). É possível também em construções associadas a expletivos em línguas de sujeito pleno (119).

- (115) a. *saiu ontem bem mais cedo.
 Ele saiu ontem bem mais cedo.
 b. *encontrou a Sofia em frente à escola.
 Ele encontrou a Sofia em frente à escola.

- (116) a. *saíram ontem bem mais cedo.
 Eles saíram ontem bem mais cedo.
 b. *encontraram a Sofia em frente à escola.
 Eles encontraram a Sofia em frente à escola.

- (117) a. Na praia vende sorvete.
 b. Usa muita saia no verão.
 c. (Aqui) conserta sapatos.
 d. Encontraram a Sofia em frente à escola.

e. Bateram na porta com muita força.

- (118) a. – E o Pedro?
 – Saiu bem mais cedo ontem.
 b. – Você tem notícias dos filhos da Maria?
 – Encontraram Sofia ontem na escola.

- (119) a. Choveu muito em São Paulo esse ano.
 b. Parece que o João conseguiu um novo emprego.

[Rabelo, 2010: 59-60]

Em relação às orações encaixadas, os SNs de primeira pessoa são licenciados tanto no singular quanto no plural (120):

- (120) a. O João/Eu disse que (eu) quebrei o vaso.
 b. O João/Eu disse que (nós) quebramos a vidraça.

[Rabelo, 2010:61]

Segundo Rabelo, os sujeitos nulos encaixados de terceira pessoa, por outro lado, são licenciados com a leitura arbitrária (121); em contextos de expletivos (122) e se um antecedente está disponível, seja no discurso (123) ou na oração matriz (124):

- (121) a. O João disse que ec_{arb} vende sorvete na praia.
 b. As crianças disseram que ec_{arb} vendem sorvete na praia.

- (122) a. O João disse que ec_{expl} choveu muito em São Paulo
 b. O Pedro disse que ec_{expl} parece que o Pedro conseguiu um novo emprego.

- (123) – O João telefonou?
 – O Pedro disse que ec_1 telefonou.

- (124) O Pedro₁ disse que $ec_{1/*2}$ telefonou.

[Rabelo, 2010: 61-62]

Após a caracterização dos sujeitos nulos de primeira e de terceira pessoas no PB, a autora discute o fato de o PB ser considerado radicalmente diverso do PE. Ela argumenta que a diferença entre o PB e as línguas de sujeito nulo clássicas reside na impossibilidade de, no PB, o sujeito nulo de terceira pessoa receber uma interpretação definida. Rabelo ressalta que a correferência da categoria vazia ao sujeito da oração principal, como em (124), também é possível no PE, embora nela seja possível a referência da categoria vazia a um elemento presente no discurso, o que no PB só é possível com pronomes manifestos. Esse contraste é verificado entre a primeira e segunda pessoas, de um lado, e a terceira, de outro: enquanto o sujeito nulo de terceira pessoa é utilizado apenas como elemento que retoma uma expressão referencial, os sujeitos nulos de primeira e de segunda pessoas se referem sempre a participantes do discurso. Para ilustrar essa afirmação, o seguinte contraste (em (125) e (126)) é apresentado:

(125) O João₁ disse que e_1 comprou um sorvete.

(126) Eu disse que vendo sorvete.

[Rabelo, 2010: 63]

Os exemplos acima ilustram, na visão da autora, uma diferença nos processos de correferência. Em (126) não há um processo de ligação, pois o fato de o sujeito da oração matriz e da oração subordinada serem correferentes deve-se ao fato de que tanto um como outro se referem à pessoa que emite o enunciado. Já em (125), a correferência é consequência de um processo sintático-semântico.

Outro fator presente no PB e ausente nas línguas de sujeito nulo é o fato de ser possível a leitura arbitrária sem a inserção de *se*. Nesses casos, a autora ressalta a necessidade do locativo para essa interpretação, haja vista não ser possível uma interpretação definida do sujeito nulo de terceira pessoa. Rabelo mostra essa necessidade inclusive quando o verbo está no plural e o sujeito da oração matriz no singular, como em (127):

(127) a. *O João₁ disse que e vendem sorvete.

b. O João₁ disse que $e_{*1/3}$ vendem sorvete na praia.

c. O João₁ disse que na praia $e_{*1/3}$ vendem sorvete.

[Rabelo, 2010:64]

A autora mostra outra característica do sujeito nulo de terceira pessoa: “o sujeito da oração matriz é o antecedente preferencial do sujeito nulo, mas outro sintagma em posição mais alta que o sujeito, como o tópico ou um objeto wh-, pode ser o antecedente do sujeito nulo” (p.65). Os exemplos em (128) ilustram essa afirmação:

- (128) a. O Pedro₁ convenceu a Maria₂ de que $e_{1/*2}$ está doente.
 b. A Maria₂, o Pedro₁ convenceu de que $e_{1/2}$ está doente.
 c. Quem₂ o Pedro₁ convenceu de que $e_{1/2}$ está doente?

[Rabelo, 2010:65]

Com base nos dados acima, Rabelo propõe que o sujeito nulo é capaz de satisfazer o EPP, ou seja, o EPP é satisfeito pela morfologia de concordância, como a gramaticalidade dos exemplos (129), (130) e (131) abaixo demonstra:

- (129) Choveu.
 (130) O Pedro disse que saiu.
 (131) Chegaram as crianças.

[Rabelo, 2010:68]

Segundo a autora, dizer que o morfema de concordância preenche o EPP – o que ocorre inclusive em orações agramaticais – significa dizer que a explicação para tais sentenças está relacionada à definitude do referente. Ela afirma que a agramaticalidade de sentenças como (132) ocorre pelo fato de a morfologia de terceira pessoa – ao contrário da primeira pessoa – inserir uma variável, que precisa ser valorada para ser interpretada:

- (132) *Chegou cedo ontem.

[Rabelo, 2010:70]

Segundo a autora, a interpretação do sujeito nulo no PB acontece pela formação de uma cadeia entre D do verbo e um sintagma em A'. Assim, em (132), como sujeitos nulos de terceira pessoa não são definidos, se a cadeia não se forma, a variável x introduzida pela flexão não é interpretada.

Com base nessa proposta teórica, a existência de um sujeito nulo encaixado definido de terceira pessoa é explicada por existir um sintagma na posição de sujeito da oração matriz que pode se ligar ao sujeito nulo de terceira pessoa, dando-lhe referência, como ilustra (133).

(133) O João₁ disse que vende_{1/*3} sorvete.

[Rabelo, 2010:76]

Sobre (133), a autora explica que:

[...] o morfema de número e pessoa introduz a categoria D (o argumento externo) na oração, satisfaz o EPP do verbo encaixado e introduz uma variável como argumento externo do verbo, que precisará ser valorada para que a interpretação da oração seja possível. A posição D do domínio oracional não é projetada, já que em PB a morfologia é capaz de satisfazer o EPP (p. 77).

A introdução do argumento externo pela morfologia também ocorre na oração matriz. Nesse caso, o sujeito *o João* é introduzido no domínio C, já que a morfologia satisfaz o EPP. A relação entre o DP *o João* e o morfema de terceira pessoa é estabelecida pela formação de uma cadeia, licenciada pelo fato de ambos compartilharem o mesmo traço.

Com base em sua proposta, a autora explica então as seguintes propriedades do sujeito nulo no PB: a) interpretação *de se*; b) leitura impessoal e c) impossibilidade de antecedentes divididos. Segundo a autora, como o morfema de terceira pessoa introduz uma variável – que precisa ser valorada para ser interpretada –, a interpretação *de se* é causada pelo fato de a variável introduzida pelo morfema de terceira pessoa ligar-se necessariamente ao sujeito da oração principal e proporcionar naturalmente esse tipo de leitura. Entretanto, Rabelo ressalta que, apesar da necessidade de ligação do sujeito nulo a um antecedente, existem sentenças gramaticais em que tal fato não ocorre, como aquelas em que se verifica uma leitura arbitrária/genérica. A autora argumenta, para explicar esse caso, que o morfema de terceira pessoa se comporta como o clítico *se* nas demais línguas de sujeito nulo. Tais clíticos, segundo a autora, se comportam como variáveis livres, conforme o exemplo (134), do italiano:

(134) Si lava volentieri i bambini
‘Lava-se com prazer as crianças’.

[Rabelo, 2010:80]

A autora argumenta, seguindo Manzini (1986), que o clítico, nas línguas de sujeito nulo, se comporta de maneira muito semelhante ao PRO arbitrário, como mostra em (135), o que ressalta o seu estatuto de variável livre:

- (135) \acute{E} facile PRO_{arb} essere nervosi.
 ‘É fácil ser nervosos’. (tradução literal)

[Rabelo, 2010: 80, nota de rodapé]

Rabelo, mostrando o exemplo abaixo, revela que o morfema de terceira pessoa do PB por si só, sem a utilização de um clítico, fornece o mesmo tipo de leitura, o que leva a autora a considerar esse elemento uma variável livre.

- (136) (Aqui) conserta sapatos.

[Rabelo, 2010: 80]

Em relação às construções impessoais, como (137) e (138), retirados de Modesto (2008), a autora ressalta o papel do locativo em seu licenciamento.

- (137) O Feco₁ me falou que e_{1/3} vende cachorro quente na praia.
 (138) O Feco₁ me falou que na praia e*_{1/3} vende cachorro quente.

[Rabelo, 2010:81]

Para explicar a leitura arbitrária de (138), a autora afirma que:

[...] o locativo ocupa uma posição D na sentença e, por isso, forma uma cadeia com -3p, o que impede a formação de uma cadeia com o sujeito da matriz, exatamente o que acontece quando há também na encaixada um sujeito lexical” (p.81).

Para corroborar a afirmação de que o locativo pode ser um antecedente para o sujeito nulo, a autora mostra exemplos em que o verbo *ter* é utilizado em construções existenciais, como em (139), e exemplos como (142), as seguir:

- (139) Nessa loja tem muita coisa bonita.
 (140) Essa loja tem muita coisa bonita.
 (141) Nessa loja há muita coisa bonita.

(142) ??O João disse que na praia vendo sorvete.

[Rabelo, 2010:82]

Em relação ao exemplo (139), a autora explica que o verbo *ter* normalmente está associado à posse (caso em que seleciona, além do argumento interno, um sujeito). Contudo, nos casos acima, ele equivale a (141), uma construção existencial com o verbo *haver*, o qual não seleciona argumento externo. Em (142), a autora explica que a degradação de gramaticalidade é causada pela incompatibilidade de traços do morfema de primeira pessoa e do locativo.

Em seguida, é explicada a ambiguidade de casos em que o sintagma-qu é movido à posição de tópico, como mostra (144) e os casos de impossibilidade de referência ao objeto, como (143):

(143) O Pedro₁ convenceu a Maria₂ de que $e_{1/*2}$ está doente.

(144) Quem₂ o Pedro₁ convenceu de que $e_{1/2}$ está doente?

[Rabelo, 2010: 83]

Em (144), segundo a proposta da autora, a ambiguidade é gerada pelo fato de qualquer sintagma localizado em C ser um antecedente possível para ligar a variável introduzida pelo morfema de terceira pessoa.

Em relação à ligação do sujeito nulo a antecedentes cindidos, a autora argumenta que o exemplo proposto por Figueiredo Silva (1996) é gramatical.

(145) O João₁ disse que a Maria₂ pensa que e_{1+2} vão morar juntos.

[Rabelo, 2010: 84]

Segundo Rabelo, o morfema envolvido nesse tipo de sentença é o morfema de terceira pessoa plural, o qual pode se referir a mais de um indivíduo simultaneamente.

2.2.4 Pilati & Naves (2013): admissão de proformas como sujeitos no PB

Pilati & Naves (2013) defendem que o português do Brasil (PB) passou por transformações em seu sistema pronominal de terceira pessoa, que permitiram a ocupação da posição de sujeito por elementos atípicos, como locativos e temporais. As autoras seguem em

parte a proposta de Rabelo (2010), segundo a qual houve uma cisão da terceira pessoa no PB²⁰. A argumentação das autoras foi construída com base nas propriedades de quatro fenômenos do PB, quais sejam: a) construções com a ordem verbo-sujeito (VS), como em (146), b) construções de tópico-sujeito, como em (148), c) construções com sujeitos nulos indeterminados (149) e d) construções com sujeitos não-argumentais (151).

- (146) a. Toma posse o deputado.
 b. Morreu Felini.
 c. Ali dorme a Maria.

[Pilati & Naves, 2013:2-3]

As características das sentenças com a ordem verbo-sujeito, acima, são definidas em Pilati (2006). Para a autora, a ordem VS do PB é restrita a contextos específicos e os sujeitos nulos dessas orações “recebem uma interpretação dêitica, que pode ser de natureza locativa ou temporal” (*apud* PILATI & NAVES, p.2). Segundo a autora, os exemplos (146), acima, são aceitáveis, respectivamente, em contextos “relacionados ao momento da enunciação ou a um lugar específico cuja referência é compartilhada pelos interlocutores” (p.3). Outra característica apontada pela autora em relação a esse tipo de construção diz respeito à possibilidade de controle do sujeito da oração encaixada pelo elemento dêitico manifesto (147):

- (147) a. As crianças₁ dormem ali₂ porque *e*₁ querem.
 b. *Ali₂ dormem as crianças₁ porque *e*₃ querem.
 c. Ali₂ dormem as crianças₁ porque *e*₂ é mais quente.

[Pilati & Naves, 2013:3]

²⁰ Rabelo (2010) defende que a oposição entre primeira e segunda pessoas, de um lado, e terceira, de outro, é causada pelo fato de a morfologia de terceira pessoa, no PB, inserir uma variável que precisa de um antecedente – seja no discurso, seja na própria sentença – para ser interpretada (um processo sintático) ao passo que a primeira e a segunda pessoas sempre se referirão a pessoas do discurso (nesse caso, não há ligação; a correferência é dada por um processo semântico). Ou seja, a cisão proposta por Rabelo é uma cisão ligada às propriedades sintáticas da morfologia de primeira/segunda pessoa em oposição à morfologia de terceira pessoa. Como se verá a seguir, a proposta de Pilati & Naves (2013) está ligada a uma cisão no sistema pronominal: a morfologia de terceira pessoa passou a admitir locativos e temporais como sujeitos sentenciais, e, assim, os sujeitos de terceira pessoa deixaram de ter características de pessoa do discurso.

Pilati (2006) propõe que haveria um locativo nulo (denominado *pro_{loc}*) na posição de SpecTP nesse tipo de oração.

Em relação às sentenças de tópico-sujeito – que apresentam, entre outras características, elementos não canônicos na posição de sujeito – as autoras afirmam que, assim como nas orações VS, os elementos movidos podem controlar um sujeito na oração encaixada, como em (148), abaixo:

- (148) a. A localidade não ocorreu nenhum problema.
 b. A localidade₁ não ocorreu nenhum problema porque *e*₁ é segura.

[Pilati & Naves, 2013:4]

As orações com sujeito nulo indeterminado foram o terceiro tipo de construção examinada no trabalho. Para as autoras, a interpretação dessas sentenças também está relacionada ao tempo e ao local. A evidência utilizada como base para essa afirmação está no fato de que sentenças como (149a), abaixo, não são possíveis em um contexto *out-of-the-blue*; dependem de sua vinculação a um contexto discursivo. As sentenças (149b) e (149c) também estão “circunscritas à interpretação dêitica de tempo ou local” (PILATI & NAVES, 2013, p.5).

- (149) a. Vende frutas.
 b. Matou um cara no show.
 c. Aqui faz conserto de roupas.

[Pilati & Naves, 2013:5]

As autoras argumentam ainda que, nas situações em que o sujeito é nulo (em (150), abaixo), há duas possibilidades de interpretação: uma dêitica, relacionada ao local, e outra indefinida.

- (150) Não usa mais saia.
 ‘No Brasil/Aqui não usa mais saia.’
 ‘A gente não usa mais saia.’

[Pilati & Naves, 2013:5]

A última construção analisada pelas autoras foram aquelas em que elementos não argumentais estão localizados na posição de sujeito, como em (151) e (152).

(151) Brasília não chove há mais de 90 dias.

(152) Londres tem prédios lindos.

[Kato & Duarte, 2008 *apud* Pilati & Naves, 2013:5]

Em relação às construções acima, as autoras verificam que, assim como ocorre com as demais, as construções com sujeitos não argumentais também possuem um locativo que ocupa a posição de sujeito da sentença.

Segundo as autoras, os quatro tipos de sentenças acima, aparentemente distintas, têm em comum o fato de serem construídas com verbos na terceira pessoa, o que aponta para uma modificação das características dos traços de terceira pessoa do PB.

Como suporte para sua teoria, as autoras utilizam a proposta de Bhat (2004), que atesta a existência de dois tipos de pronomes: os pronomes pessoais, relacionados aos indivíduos que participam do ato de fala, e as *proformas*, ligadas aos demais referentes. Segundo o autor, essa distinção gera diferenças gramaticais que contrapõem os dois tipos pronominais. Esse fato permitiu postular a existência de dois grupos de línguas: a) línguas de duas pessoas – as quais relacionam a primeira e segunda pessoas do discurso aos atos de fala e aproximam os pronomes ligados à terceira pessoa às demais proformas e b) línguas de três pessoas – as quais contrapõem as três pessoas do discurso aos demais pronomes.

Pilati & Naves (2013), aliando a proposta do autor aos fatos empíricos verificados nas construções com verbos na terceira pessoa no PB, chegam à conclusão de que a morfologia de terceira pessoa admite elementos não canônicos na posição de sujeito, ou seja, na tipologia proposta por Bhat (2004), o PB pertence ao grupo de línguas que contrapõe a primeira e a segunda pessoa, de um lado, e a terceira de outro.

Para as autoras, o PB não perdeu traços-phi; na verdade, houve uma modificação: a característica dos sujeitos de terceira pessoa passou a ser de proforma, e não mais de pessoa do discurso. Os fenômenos estudados pelas autoras são resultados dessa mudança.

2.2.5 Considerações parciais

O presente capítulo mostrou a discussão que envolve a classificação do PB em relação à tipologia proposta por Li & Thompson (1976). Na seção 2.1, foram relatados os estudos de Duarte (2000) e de Negrão & Viotti (2000), os quais tratam das duas principais correntes

teóricas nesse sentido, iniciadas por Duarte (1993) e Negrão (1999). Na seção 2.2, os estudos mais contemporâneos sobre o sujeito nulo de terceira pessoa no PB foram revistos.

Modesto (2000, 2004 e 2008) investigou o comportamento dos sujeitos nulos no PB em orações encaixadas. Embora o estatuto do sujeito nulo proposto em seus trabalhos varie, o autor defende em todos eles que a morfologia de terceira pessoa não é capaz de identificar o sujeito, motivo pelo qual é necessária a sua vinculação a um elemento em posição A', que pode ser o sujeito da oração principal ou o tópico. Conforme o autor, esse movimento é necessário para que o EPP possa ser checado (e o sujeito nulo licenciado), fato que o autor define como uma característica das línguas com proeminência de tópico. Inicialmente, o autor postula que o sujeito da oração encaixada encontra-se em uma posição dentro do TP (MODESTO, 2000), mas, refinando sua análise, o autor passa a considerar que essa posição, mesmo não sendo a posição canônica de tópico, é externa ao TP (MODESTO, 2004, 2008). Assumindo, em Modesto (2004, 2008), que todos os sujeitos ocupam a mesma posição no CP (SpecFP), o sujeito nulo de terceira pessoa (que é desprovido dos traços de pessoa e número) forma uma cadeia com o sujeito da oração principal e é identificado. É dessa maneira que o autor postula que o sujeito nulo de terceira pessoa é licenciado e identificado sem a participação da concordância verbal.

Rodrigues (2004) propõe que o morfema de terceira pessoa no PB possui o traço-D necessário ao preenchimento do EPP, mas se tornou defectivo em relação aos traços-phi e não pode diferenciar pessoa e número, devido ao enfraquecimento da flexão verbal no PB. Em relação às orações encaixadas, a autora, ao afirmar que o morfema de terceira pessoa carrega apenas o traço-D, postula que um elemento com traços-phi completos deve ser inserido no domínio da oração encaixada, o qual ficará em uma posição A', já que o especificador de T não é projetado, pois o EPP é satisfeito pela própria morfologia. Assim, a derivação das sentenças encaixadas é feita por movimento: o DP nasce na oração encaixada e, para satisfazer os traços do verbo da oração principal, é movido à posição A' da oração matriz, o que torna os sujeitos nulos da encaixada um vestígio.

A proposta de Rabelo (2010) é inovadora no sentido de fornecer um tratamento unificado ao sujeito nulo de primeira e de terceira pessoas e em considerar o papel do locativo no licenciamento da construção impessoal. Como Modesto (2000, 2004 e 2008), a autora postula que os sujeitos em PB se encontram em uma posição A', embora afirme, contrariamente ao autor, que a morfologia de terceira pessoa é capaz de preencher o EPP. De acordo com a proposta da autora, os sujeitos nulos de terceira pessoa são identificados da seguinte forma: a morfologia possui os traços de pessoa e número necessários ao

preenchimento do EPP, mas não possui o traço de definitude, motivo pelo qual há a inserção de uma variável em uma posição A' que precisa ser interpretada. Nos casos das sentenças encaixadas, a interpretação dessa variável é feita pela formação de uma cadeia entre ela e o sujeito da oração matriz. A inovação da autora está em se considerar que, no caso de construções impessoais, o morfema de terceira pessoa forma uma cadeia com o locativo, o que gera a interpretação arbitrária do sujeito nulo. Ressalte-se que a autora não fala em efeito de interveniência, mas em incompatibilidade de traços, o que difere sua proposta da de Modesto (2008). Outra diferença entre as propostas aqui mencionadas está no fato de a autora considerar que a variável inserida em A' é uma variável, livre, enquanto Modesto postula que a variável, nesses casos é ligada.

Pilati & Naves (2013) propõem que os sujeitos nulos de terceira pessoa no PB passaram por um processo de cisão, deixando de se referir apenas à terceira pessoa do discurso e transformando-se em uma proforma, ou seja, no PB, é possível que locativos e temporais sejam considerados sujeitos de fato, entrando em processo de concordância com o morfema de terceira pessoa.

Em relação às construções impessoais e os locativos, cabe retomar o posicionamento dos demais autores sobre essa relação: Modesto (2004, 2008), Rodrigues (2004) e Rabelo (2010), embora admitam que o locativo ocupe a posição destinada ao sujeito, eles não o consideram sujeito de fato. As explicações para esse fato tomam caminhos diferentes, considerando-se que as propostas dos autores assim o são: para Modesto, o locativo, ao ocupar a posição destinada ao sujeito, não permite que uma cadeia de tópicos seja formada, já que, para tanto, é necessário que o sujeito da oração principal e o da oração encaixada sejam iguais. Rodrigues (2004), ao analisar essas construções em orações encaixadas, afirma que o locativo ocupa uma posição externa ao CP (SpecFP, como Modesto (2004, 2008)). Entretanto, como a autora argumenta que o sujeito é extraído da sentença encaixada e que o CP é uma fase, o sujeito não pode ser extraído de lá, já que teria que passar pelo CP, e essa posição já se encontra ocupada pelo locativo. Rabelo (2010) argumenta que o locativo ocupa a posição destinada ao sujeito, e que a cadeia entre o morfema e o locativo é formada, mas que a leitura genérica é ocasionada pela incompatibilidade de traços existente entre o locativo e o morfema.

CAPÍTULO 3 – O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL – ANÁLISE DOS DADOS

3.0 Introdução

Todos os estudos do capítulo 2 tiveram como objetivo propor uma explicação para o licenciamento do sujeito nulo de terceira pessoa no PB. Verifica-se, das análises acima, que a grande questão reside na definição da natureza da categoria vazia de terceira pessoa e de que forma a morfologia e a sintaxe são capazes de identificá-la. Resumindo as teorias propostas temos quatro hipóteses: a) os sujeitos nulos em sentenças encaixadas são tópicos nulos ligados aos sujeitos das orações matrizes (variáveis ligadas) – a morfologia não fornece a referência necessária à identificação nem ao licenciamento da categoria vazia, motivo pelo qual ela deve se ligar ao sujeito da oração principal para adquiri-la (Modesto, 2008); b) o sujeito nulo em orações encaixadas é um vestígio – a morfologia apresenta defectividade em relação aos traços de pessoa e número, o que ocasiona o movimento do DP à posição de sujeito da oração principal (Rodrigues, 2004); c) o sujeito nulo é uma variável livre – a morfologia apresenta os traços-phi necessários ao preenchimento da posição de sujeito, mas não apresenta a propriedade denotacional D para checar a sua referencialidade e, portanto, liga-se a qualquer sintagma definido em posição A' (Rabelo, 2010) e d) os sujeitos nulos de terceira pessoa no PB são proformas. Nos casos analisados pelas autoras, a proforma pode ocupar uma posição dedicada aos sujeitos nulos pronominais, SpecTP (Pilati & Naves, 2013).

O objetivo deste capítulo é fazer um panorama do sujeito nulo no PB com base nos principais dados utilizados pelos autores em questão, confrontando-os com novos dados, a fim de verificar as causas das divergências encontradas na literatura.

3.1 O sujeito nulo no PB

Devido à quantidade significativa e diferenciada de dados utilizados pelos autores e à ausência de consenso no julgamento de alguns dados, optou-se por sistematizá-los conforme se segue: primeiramente, foi feita a divisão dos dados em relação ao tipo de oração, se matriz ou encaixada. Dentro de cada tipo de oração serão relatados os tipos de sujeito: se referencial ou não. Em cada subgrupo serão discutidos os dados considerados pelos autores, apontadas as semelhanças e diferenças e acrescentados novos dados, caso existam. Posteriormente, será feito um resumo do conjunto dos dados analisados.

3.1.1 Orações matrizes

3.1.2.1 Sujeitos nulos referenciais

Em relação aos sujeitos nulos referenciais, todos os autores estudados concordam que o sujeito nulo referencial de terceira pessoa não é gramatical em orações matrizes, como podemos ver nos exemplos (153), (154) e (155):

(153) **e* nada bastante.

(154) **e* estava cansado.

[Rodrigues, 2004: 134]

(155) **e* saiu ontem bem mais cedo.

[Rabelo, 2010: 59]

Em (153)-(155), não é possível identificar o sujeito, diferentemente do que ocorre com a primeira pessoa do singular²¹, como em (156), (157) e (158):

(156) *e* nada bastante.

(157) *e* estou cansado.

(158) *e* saí ontem bem mais cedo.

As opiniões também convergem em relação ao fato da gramaticalidade dos sujeitos nulos de terceira pessoa caso a sentença esteja vinculada a um contexto discursivo, como mostram (159) e (160):

(159) E o Paulo?

- *e* comeu pizza.

[Modesto, 2000:150]

(160) E o Pedro?

- Saiu bem mais cedo ontem.

[Rabelo, 2010: 60]

Temos então, como consenso, que o sujeito nulo referencial de terceira pessoa do PB em orações matrizes é admitido somente quando vinculada a um contexto discursivo.

²¹ A comparação com a primeira pessoa do singular foi feita por Rabelo (2010). Embora não tenham sido utilizados os mesmos exemplos, a essência da comparação se manteve.

3.1.2.2 Sujeitos nulos não referenciais

Como não referencial, Rabelo (2011) afirma que os sujeitos nulos em orações matrizes são possíveis no PB quando interpretados como arbitrários – em que um locativo ou temporal é necessário para garantir a interpretação, conforme exemplos (161), (162) e (163). São também licenciados como expletivos, como em (164) e (165):

(161) Na praia vende sorvete.

(162) Usa muita saia no verão.

(163) (Aqui) conserta sapatos. [Rabelo, 2011:60]

(164) Choveu muito em São Paulo esse ano.

(165) Parece que o João conseguiu um novo emprego.

[Rabelo, 2011:61]

Rodrigues (2004) também apresenta dados que corroboram a afirmação de Rabelo (2011) em relação à interpretação do sujeito nulo de terceira pessoa com interpretação arbitrária (exemplo (166), abaixo) e como expletivo, conforme os exemplos (167) e (168):

(166) Aqui conserta sapato.

(167) *e_{expl}* tem muita coisa aqui nessa loja.

(168) *e_{expl}* já está tarde demais.

[Rodrigues, 2004:70]

Em relação aos locativos em sentenças arbitrárias, Rodrigues (2004), citando o estudo de Guimarães e Rodrigues (2002), sugere que “[...] o advérbio locativo funciona como sujeito sentencial nessas sentenças genéricas, o que explicaria a presença obrigatória desse advérbio e também o fato de ele ter de preceder o verbo”²² (p. 72, tradução minha, adaptado). Entretanto,

²² No original: “[...] the locative adverb function as the sentential subject of these generic sentences. This would explain the obligatory presence of this adverb and also the fact that it has to precede the verb.”

a autora não desenvolve essa idéia, uma vez que considera que advérbios locativos bloqueiam a extração do sujeito em sentenças encaixadas.

Pilati & Naves (2013) também destacam o papel do locativo – além dos temporais – em construções com ordem VS, construções de tópico-sujeito, construções com sujeito nulo indeterminado e construções com sujeitos não argumentais. Em orações matrizes, a categoria vazia pode ter também uma interpretação dêitica, relacionada ao local ou ao tempo no momento da fala, caso em que as construções na ordem VS são admitidas – Pilati (2006) denomina esse elemento como pro_{loc} :

(169) Toma posse o deputado.

(170) Morreu Felini.

[Pilati & Naves, 2013:2]

No exemplo (169), retirado de Pilati & Naves (2013), entende-se que a sentença refere-se a uma ação que ocorreu em um momento próximo ao da fala.

Em sentenças de tópico-sujeito, as autoras mostram que elementos não canônicos, com interpretação locativa “ocupam uma posição pré-verbal, geralmente associada à posição de sujeito” (p.4), como mostra o exemplo (171):

(171) A localidade não ocorreu nenhum problema.

[Pilati & Naves, 2013:2]

Nas construções com sujeitos nulos indeterminados e nas construções com sujeitos não-argumentais, as autoras reafirmam a importância do locativo e do temporal, conforme mostram (172) e (173), uma construção com sujeito nulo indeterminado, e (174) e (175), uma construção com sujeitos não argumentais:

(172) Aqui faz concerto de roupas.

(173) Vende frutas.

[Pilati & Naves, 2013:5]

(174) Brasília não chove há mais de 90 dias.

(175) Londres tem prédios lindos.

[Kato & Duarte, 2008 apud Pilati & Naves, 2013:5]

Pilati & Naves (2013) ressaltam que a gramaticalidade de (173) está estritamente relacionada a um contexto discursivo em que seja possível depreender o local onde as frutas serão vendidas; em contextos *out-of-the-blue*, tais sentenças são agramaticais. Diante dos dados acima e de estudos que sugerem a cisão do sistema pronominal de terceira pessoa em algumas línguas – as quais passam a admitir locativos e temporais como sujeitos – as autoras afirmam que é possível que:

[...] o traço de referencialidade da sentença seja satisfeito por sintagmas não-argumentais ou que não sejam os sujeitos lógicos das construções [...], ou por elementos nulos ou manifestos, de interpretação dêitica [...], ou ainda pelo preenchimento da posição de sujeito por um pronome pleno (p.11).

A hipótese postulada pelas autoras não foi considerada, como visto acima, por nenhum dos demais autores estudados, embora seja admitida a importância do locativo no licenciamento das construções arbitrárias.

Assim, em relação aos sujeitos nulos não referenciais em orações matrizes, temos que eles são licenciados como arbitrários e expletivos. A grande divergência encontrada entre os autores está no papel exato das proformas no licenciamento dessas estruturas, ou seja, de que maneira tais elementos contribuem para o licenciamento das construções não referenciais.

3.1.2 Orações encaixadas

3.1.2.1 Sujeitos nulos referenciais (contextos)

Quando referencial, é consenso entre os autores estudados que os sujeitos nulos de terceira pessoa em orações encaixadas são permitidos quando encontram um antecedente definido, seja na sentença matriz, como em (176), seja no discurso, como mostra (177):

(176) O João₁ disse que e₁ estava cansado.

[Rodrigues, 2004:135]

(177) - E o Paulo₁?

- e₁ disse que e₁ estava cansado.

Rodrigues (2004) aponta um exemplo interessante que ilustra a necessidade de um antecedente definido nessas construções, conforme (178):

(178) *pro_{expl} parece que e₁ tinha telefonado.

[Rodrigues, 2004:134]

Em relação à sentença (178), vemos que um antecedente não definido não pode se ligar ao sujeito nulo sem um contexto que o defina. A sentença (178), se vinculada a um discurso precedente, é gramatical:

- (179) - E o Paulo₁?
 - e_{1/expl} parece que e₁ telefonou.

A grande divergência encontrada na literatura diz respeito justamente às características atribuídas a tais construções, as quais foram postuladas com base nos dados considerados como gramaticais/agramaticais pelos autores estudados e serão vistas a seguir.

3.1.2.2 Sujeitos nulos referenciais em orações encaixadas (características)

Quanto ao comportamento do sujeito nulo encaixado, as seguintes características podem ser levantadas dos estudos do capítulo 2: a) correferência apenas a sintagmas que o c-comandam; b) ligação ao sintagma mais próximo em termos de c-comando; c) impossibilidade de ocorrência desses sujeitos em sentenças relativas; d) impossibilidade de admissão de antecedentes divididos; e) interpretação invariante diante de sintagmas do tipo *Só-NP*; f) leitura *sloppy* do sujeito nulo; g) inexistência de sujeito nulo em sentenças iniciadas por *como*; g) leitura *de se* do sujeito nulo; h) quando um elemento é movido à posição de tópico, o sujeito da oração principal deixa de ser um referente possível para o sujeito nulo; i) quando o tópico é gerado na base, ele não é um antecedente possível para o sujeito nulo. Vejamos como os autores destacam cada uma das propriedades mencionadas em suas pesquisas:

3.1.2.2.1 Correferência do sujeito nulo apenas a sintagmas que o c-comandam

A referência da categoria vazia apenas a sintagmas que o c-comandam tem sido tomada como pressuposto de todos os estudos que buscam explicar o comportamento dos sujeitos nulos de terceira pessoa no PB. Negrão (1999) e Modesto (2000, 2004 e 2008) afirmam que a categoria vazia admite somente sintagmas que o c-comandam como referentes. O exemplo (180) ilustra essa propriedade:

- (180) [O pai do Paulo₁]₂ disse que e_{*1/2} vai ser promovido.

[Rodrigues, 2004:145]

Em (180), a impossibilidade de referência da categoria vazia ao sintagma *Paulo* mostra que o sujeito nulo admite apenas a referência ao sintagma que o c-comanda. Esse parece ser um caso categórico no PB. Vejamos os exemplos (181) e (182) a seguir:

(181) [O pai do Paulo₁]₂ disse que $e_{*1/2}$ pode ser promovido.

(182) eu gostaria de doar alimentos para crianças e leite. [o amigo dela₁]₂ disse que $e_{*1/2}$ pode buscar. voces tem o contato com ele? qual o telefone?

[exemplo retirado de < https://www.facebook.com/permalink.php?id=247133882001583&story_fbid=580744391973862>]

Outra questão envolvida na correferência da categoria vazia apenas a sintagmas que o c-comandam diz respeito à correferência ao objeto da oração principal. Todos os estudos tomam como pressuposto que o objeto *in situ* não é um referente possível para o sujeito nulo encaixado. Essa premissa trata-se de um dos principais fundamentos de Modesto (2000, 2004 e 2008) para estabelecer a relação entre movimento e antecedência do sujeito e é admitida por Rodrigues (2004) e Rabelo (2011) em suas análises, conforme veremos a seguir.

Retomando a argumentação em Modesto (2000, 2004 e 2008), é afirmado que, normalmente, o objeto não é um antecedente possível para o sujeito nulo, como demonstra o exemplo (183):

(183) O Feco₁ convenceu quem₁ que $e_{1/*2}$ tinha que ir embora? [Modesto, 2000:155]

Segundo o autor, “se o objeto for movido por movimento-qu, relativizado ou topicalizado, ele se torna um possível antecedente. Na verdade, quando há movimento-qu e relativização, o objeto se torna o único antecedente possível para o sujeito nulo”. (MODESTO, 2004, p.130). Em Modesto (2008), o autor acrescenta as sentenças clivadas, ilustradas por (186). As sentenças (184), (185) e (187), retiradas também de Modesto (2008), ilustram os demais casos de movimento propostos pelo autor:

(184) a. Quem₂ que o Feco₁ avisou que $e_{*1/2}$ precisa trabalhar até mais tarde?

b. Quem₂ que o Feco₁ convenceu que $e_{*1/2}$ pode se eleger?

(185) a. O cara₂ que o Feco₁ avisou que $e_{*1/2}$ precisa trabalhar mais já chegou.

b. O cara₂ que o Feco₁ convenceu que $e_{*1/2}$ pode se eleger já chegou.

- (186) a. Foi a Dani₂ que o Feco₁ avisou que $e_{*1/2}$ precisa trabalhar até mais tarde.
 b. Foi a Dani₂ que o Feco₁ convenceu que $e_{*1/2}$ pode se eleger.

- (187) a. A Dani₂, o Feco₁ avisou que $e_{1/2}$ precisa trabalhar até mais tarde.
 b. A Dani₂, o Feco₁ convenceu que $e_{1/2}$ pode se eleger.

[Modesto, 2008:385]

Segundo o autor, o caso em que o sujeito da oração principal se torna um antecedente possível para o sujeito nulo encaixado ocorre quando um pronome explícito é incluído abaixo da posição de sujeito, o que, para o autor, torna a sentença ambígua.

Rabelo (2011), em capítulo dedicado às orações finitas, revê o julgamento de agramaticalidade de alguns dos casos colocados por Modesto, embora pareça admitir também que a referência ao objeto *in situ* não é possível, como demonstra o julgamento dado à sentença (188), abaixo:

- (188) O Pedro₁ convenceu a Maria₂ de que $e_{1/*2}$ está doente. [Rabelo, 2011:83]

O caso em que a autora revê o julgamento de agramaticalidade relaciona-se ao movimento do objeto (corresponde ao exemplo (184) de Modesto). Vejamos:

- (189) Quem₂ o Pedro₁ convenceu que $e_{1/2}$ está doente? [Rabelo, 2011:83]

Como se depreende dos exemplos acima, a autora, embora admita em (188) que a referência da categoria vazia possa ser atribuída apenas ao sujeito, em (189), diferentemente de Modesto, a autora admite que, no caso de movimento do sintagma *qu-*, a categoria vazia passa a ter dois referentes possíveis; o sintagma movido passa a concorrer com o sujeito da oração principal como um referente possível.

Rodrigues (2004), ao discorrer sobre a proposta de Modesto, considera que a teoria possui como vantagem a explicação dos casos seguintes, os quais também admitem que o objeto, quando *in situ* não é um referente possível ao sujeito nulo da encaixada (190):

- (190) A Maria₁ convenceu o Pedro₂ que $e_{1/*2}$ tinha de sair [Rodrigues, 2004:104]

Em relação ao movimento de sintagmas-qu, a autora não considera a referência ao sujeito da oração principal agramatical, embora revele, por meio do exemplo (191), abaixo, que tal referência não é imediatamente aceitável pelo falante:

(191) Quem₂ que a Maria₁ convenceu que $e_{??1/2}$ tinha de sair?

[Rodrigues, 2004:104]

Conquanto existam controvérsias acerca da referência da categoria vazia no caso de movimento, a breve discussão acima mostra que todos os autores estudados tomam como pressuposto a afirmação de que a categoria vazia não aceita objetos *in situ* como referentes. Esse fato, entretanto, não é verificado nos exemplos seguintes²³.

(192) Ele₁ disse pra ela₂ que $e_{*1/2}$ pode tranquilamente esperar até 40 semanas, mas não mais que isto! E que a partir de 38 semanas, ela terá que fazer um exame [...]

[exemplo retirado de //www.facebook.com/permalink.php?id=278898808881941&story_fbid=300980020007153]

(193) Realmente, é como vc disse, se vc₁ já disse pra ele₂ que $e_{*1/2}$ precisa melhorar isso e ele não melhora então fica difícil. Eu tenho curiosidade de ouvir [...]

[exemplo retirado de http://www.bolsademulher.com/forum/amor/f9/196958/]

(194) Já disse pra ela que $e_{*1/2}$ precisa casar com um homem mais velho

[exemplo retirado de revistatpm.uol.com.br/print.php?cont_id=3021]

(195) Será que ninguém₁ avisou pra ele₂ que depois das Olimpíadas de Beijing, $e_{*1/2}$ teria que viver para o resto da vida dentro de uma bolha?

[exemplo retirado de: <http://observacoescasuais.blogspot.com.br/2009/02/coitado-do-michael-phelps.html>]

Verifica-se ainda a possibilidade de interpretação da categoria vazia como expletivo em alguns casos, nos quais parece concorrer com a interpretação que toma o objeto e o sujeito como referentes (196) e só o objeto (197):

²³ As marcações a seguir não indicam que a referência não pode ser feita ao sujeito da oração principal; indicam a opção feita pelo falante ao produzir a sentença.

(196) nada disso importa, o que realmente interessa é que alguém₁ disse pra ela₂ que $e_{1/2/3}$ precisa ter cópia dos documentos para fazer a inscrição

[exemplo retirado de <<http://adilsonfreire.blogspot.com.br/2013/04/parece-mas-nao-e.html>>]

(197) será que ninguém₁ avisou pra ele₂ que $e_{*1/2/3}$ precisa ter estudo pra dirigir uma camara?homi quá!tenha senso de ridículo!!!

[exemplo retirado de: <<http://ourobranconoticia.blogspot.com.br/2013/02/nova-eleicao-da-presidencia-da-camara.html>>]

Outro caso em que a categoria vazia pode se referir ao objeto ocorre quando o verbo se encontra no modo subjuntivo, como em (198):

(198) Mas esta sendo difícil saber que ela₁ falou pra ele₁ que não $e_{*1/2}$ ligasse mais pra ela se não se separar de mim e ver a tristeza

[exemplo retirado de: <http://vilamulher.com.br/comunidade/meu-namorado-ainda-gosta-da-ex-9-1182487-4341-pf-nannessoares.html>]

É interessante notar que o uso do subjuntivo torna o objeto o único candidato possível para se referir à categoria vazia, independentemente do contexto.

Uma questão importante das sentenças acima apresentadas é a presença de locuções verbais nessas estruturas. Nos casos de verbos simples, a impossibilidade de referência ao objeto *in situ* se mantém em todos os casos em que o verbo está flexionado no presente do indicativo, ao contrário do que acontece com as sentenças que apresentam locuções verbais, em que a categoria vazia pode ter como referente tanto o sujeito da oração principal quanto o objeto. Considerando os dados que envolvem as locuções verbais, admito também, como falante nativa, que a interpretação preferencial para tais sentenças é como correferente ao sujeito da oração principal. Contudo, a afirmação de que objetos não podem ser correferentes ao sujeito nulo da oração encaixada, a meu ver, não deveria ser categorizada, especialmente em virtude dos exemplos apresentados, nos quais se verifica que a correferência ao objeto *in situ* é possível, mesmo que ele não seja o referente preferencial.

Em relação ao movimento e à possibilidade de referência à categoria vazia, o exemplo abaixo confirma a possibilidade de referência ao sujeito mesmo quando o sintagma *qu-* é movido:

(199) Harry: você não entendeu, na resposta do concurso quem ela disse que queria sair? Comigo. E no avião ela disse que eu era o príncipe dela.

[exemplo retirado de: <<http://imagineonedirectionbrasil.blogspot.com.br/2013/07/mini-imize-harry.html>.]

Em (199), temos que a categoria vazia refere-se ao objeto, mesmo após o movimento do sintagma *qu-*. É interessante notar que a preposição, nesse caso, foi omitida pelo falante na construção da sentença, embora ele a interprete na forma lógica. Essa afirmação pode ser inferida da resposta à pergunta que o falante mesmo fez (*comigo*), ou seja, a categoria vazia na posição de sujeito liga-se a *ela*, e não a *quem*. Aqui, como se vê, a preposição, que foi apagada durante o movimento na construção da sentença, foi retomada.

É possível que as divergências encontradas estejam relacionadas ao apagamento da preposição durante o movimento. Caso o sintagma seja considerado objeto direto do verbo da oração principal, o sintagma, após o movimento, não terá como correferente o sujeito da oração principal. Entretanto, caso se considere o apagamento da preposição durante o movimento do sintagma, o sujeito passa a ser um referente possível. Vejamos a seguinte sentença:

(200) Pra quem a Graziela avisou que tinha que trabalhar?

Em (200), vemos que a única possibilidade de referência da categoria vazia na oração encaixada seria o sintagma *Graziela*. Fatos desse tipo foram apontados por Rodrigues (2004, p. 106). Contudo, o que não foi verificado pelos autores é a possibilidade da construção de sentenças como (199), em que a preposição foi apagada, um recurso comum no PB durante o movimento. (cf. Pontes, 1987).

3.1.2.2.2 Referência ao sintagma mais próximo que c-comanda a categoria vazia

Em relação à segunda característica, os estudos que trataram de sentenças encaixadas consideraram que o sujeito da categoria vazia sempre se referirá ao sintagma mais próximo que c-comanda a categoria vazia, como em (201):

(201) O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que *pro*_{*1/2/*3} ganhou.

Rodrigues (2004) aponta que a referência ao sintagma mais próximo que c-comanda a categoria vazia não ocorre com verbos de alçamento, como em (202) e (203):

(202) A Maria₁ me disse que parece que e₁ vai ser promovida.

(203) *?Os meninos₁ me falaram que parece que e₁ vão ser promovidos.

[Rodrigues, 2004:139-140]

De fato, mas considerando o preenchimento da posição de sujeito de expletivos, a referência se mantém. Adaptando a sentença em (202), temos (204):

(204) A Maria₁ me disse que o João₂ parece que e_{*1/2} vai ser promovido.

Essa definição se mantém quando consideramos que um locativo (proforma) pode ser sujeito, conforme apontam Pilati & Naves (2013):

(205) A Maria₁ me disse que a padaria₂ parece que e_{*1/2} vende doces.

É importante ressaltar, no entanto, que essa referência só é possível quando o locativo perde sua preposição, uma característica do PB quando ocorre o alçamento. Quando isso não ocorre, a leitura da sentença é arbitrária, como em (206):

(206) A Maria₁ me disse que na padaria₂ parece que e_{*1/*2/3} vende doces.

Diante dos dados acima, talvez o mais correto a se afirmar sobre o sujeito nulo, nesse caso, não seria que ele se liga ao sintagma mais próximo que o c-comanda, já que não vemos isso em (202), (203) e (206), mas que, caso haja dois antecedentes **definidos** que c-comandam a categoria vazia – e podem servir como antecedente para o sujeito nulo – ela se ligará ao antecedente mais próximo.

3.1.2.2.3 Inexistência de sujeitos nulos em sentenças relativas

Em relação à inexistência de sujeitos nulos em sentenças relativas, Modesto (2000, 2004, 2008) e Rodrigues (2004) afirmam que ela é agramatical no PB. O exemplo (207), de Rodrigues (2004), ilustra essa afirmação (note-se que os dados foram reproduzidos conforme o julgamento de gramaticalidade presente no estudo dos autores):

(207) O João encontrou a carteira que ele/e_{*1} perdeu.

[Rodrigues, 2004:170]

Embora pareçam ser mais produtivos na língua exemplos com o pronome manifesto, vemos, de acordo com os exemplos (208), (209) e (210), que sujeitos nulos em sentenças relativas ainda não são agramaticais²⁴:

(208) É verdade que você gostou do beijo que deu no Liam.

[exemplo retirado de: <<http://socialspirit.com.br/fanfics/historia/fanfiction-idolos-one-direction-back-to-you-464427/capitulo8>>]

(209) Mas se você gostou do beijo que deu na garota, é porque gosta dela, se está afim, vá fundo.

[exemplo retirado de: <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20101214170635AAytc9>>]

(210) Assim que deixou o confinamento, Diana disse que quis ficar com Natalia e gostou do beijo que deu nela.

[exemplo retirado de: <<http://www.fofoki.com/busca/Ponderou+Natalia>>]

3.1.2.2.4 Impossibilidade de antecedentes divididos

Outra característica apontada por Modesto (2000, 2004, 2008) e por Rodrigues (2004) seria a impossibilidade de o sujeito nulo admitir antecedentes divididos, como em (211):

(211) O Feco₁ disse pra Dani₂ que $e_{*1+2/3}$ fizeram besteira.

[Modesto, 2008:383]

Em relação à gramaticalidade de uma leitura com antecedentes divididos, a sentença (211) parece ter duas possibilidades: a leitura arbitrária e a leitura cindida, embora esta seja secundária. O exemplo (212) mostra admissão de antecedentes cindidos de forma mais evidente:

(212) Ai ela me disse que ele foi atras dela na praia e falou que mesmo nao amando ela ele quer uma chance pra tentar amala, e que vao morar juntos etc.

²⁴ Os dados relacionados acima foram retirados da internet e parecem ter uma frequência baixa, mas merecem uma análise mais detalhada em trabalhos futuros, para que se possa saber se são novas formas de sujeito nulo ou resquícios de uma gramática anterior.

[exemplo retirado de: <<http://selmaarau.com/leitor-pergunta-e-selma-arau-responde-2/>>]

Nesse sentido, cabe ressaltar que Rabelo (2010) considera gramaticais exemplos em que a categoria vazia retoma dois antecedentes simultaneamente.

3.1.2.2.5 Leitura invariante de sintagmas do tipo só-NP

Outra característica dos sujeitos nulos encaixados foi apontada em Negrão & Viotti (2000) e por Negrão (1999): diante de sintagmas do tipo *Só-NP*, o sujeito nulo encaixado possui apenas uma leitura invariante, como em (213):

(213) Só o Maluf₁ acha que *ec*₁ vai ganhar as eleições.

[Negrão & Viotti, 2000:110]

Os autores consultados, embora apresentem argumentos contrários à especialização das formas proposta por Negrão, no sentido de que o pronome manifesto admite também a leitura do sintagma inteiro, não apresentaram nenhum exemplo contrário à leitura invariante do sujeito nulo nesses casos.

3.1.2.2.6 Leitura *sloppy* do sujeito nulo em caso de elipse de VP

Temos ainda como características dos sujeitos nulos encaixados a leitura *sloppy* do sujeito nulo nos casos em há elipse de VP, com base em Negrão (1999), ilustrado por (214):

(214) O Pedro₁ acha que é inteligente e o Paulo₂ também.

De fato os exemplos (215) e (216) comprovam a leitura *sloppy* do sujeito nulo nesses casos:

(215) Eu tenho namorado e ele também, mais a gente quer ficar??

[exemplo retirado de: <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20140204111908AAQd0IF>>]

(216) Ela é Cristã. E ele também.

[exemplo retirado de: <<https://www.facebook.com/ElaPensa>>]

3.1.2.2.7 Leitura *de se* e ausência de sujeitos nulos em sentenças iniciadas por *como*

Rodrigues (2004) acrescenta duas outras características do sujeito nulo, quais sejam: a) leitura *de se* da categoria vazia (217) e b) ausência de sujeitos nulos em sentenças iniciadas por *como* (218).

(217) O Ronald Reagan₁ sabe que e₁ foi o quadragésimo presidente dos EUA.

[Rodrigues, 2004: 149-150]

(218) Com o tempo, a Maria₁ vai ver como ela_{1/2}/*e₁ tem razão.

[Rodrigues, 2004: 163]

Como visto na seção dedicada ao estudo da autora, a leitura *de se* diz respeito à consciência que o indivíduo tem de que um evento ocorre com ele próprio, o que, segundo a autora, pode ser visto em (217)²⁵. Em relação a essa interpretação da categoria nula, não foram encontrados exemplos que pudessem reafirmar ou contradizer essa característica. Já em relação ao exemplo (218), vemos que a afirmação de que sentenças iniciadas por *como* não admitem sujeitos nulos não parece tão categórica quando confrontamos o exemplo acima com (219).

(219) Ela₁ não disse como e₁ obtém a maconha, mas disse: “Eu não quero ficar circulando de modo sorrateiro...”

[exemplo retirado de: <<http://www.uniad.org.br/desenvolvimento/index.php/blogs/dependencia-quimica/9631-apesar-de-legalizada-maconha-medicinal-continua-fora-do-alcance-em-nova-jersey-eua>>]

3.1.2.3 Sujeitos nulos não referenciais

Em relação aos sujeitos não referenciais, o sujeito nulo também é possível quando expletivo (220) e arbitrário (221):

(220) a. O João disse que ec_{expl} choveu muito em São Paulo.

[Rabelo, 2010: 62]

b. O Pedro disse que ec_{expl} parece que o João conseguiu um novo emprego.

[Rabelo, 2010: 61]

(221) O Feco₁ disse pra Dani₂ que na praia e_{*1/3} vende sorvete.

²⁵ Para mais detalhes, cf. Rodrigues (2004) ou Rabelo (2010).

Em relação à sentença (221), todos os autores estudados afirmam que uma expressão referencial pode bloquear a referência, conforme atestam os julgamentos dados às seguintes sentenças:

(222) O Feco₁ me falou que na praia e_1 vende cachorro quente. [Rabelo, 2011: 81]

O exemplo (222) tem como fonte Modesto (2008), em que são apresentadas também as seguintes variações:

(223) O Feco me falou que $e_{1/3}$ vende cachorro quente na praia.

(224) Na praia, o Feco₁ me falou que $e_{1/3}$ vende cachorro quente.

Feitas essas considerações, podemos ter um novo conjunto de dados sobre o sujeito nulo encaixado de terceira pessoa:

Quadro 2 – Resumo das características dos sujeitos nulos encaixados de terceira pessoa no PB.

Características do sujeito nulo de terceira pessoa	Exemplos	Observações
Referência do sujeito nulo apenas a sintagmas que o c-comandam	[O pai do Paulo ₁] ₂ disse que $e_{*1/2}$ vai ser promovido.	Não foram encontrados contra-exemplos
Referência do sujeito nulo ao objeto da oração principal	A Maria ₁ convenceu o Pedro ₂ que $e_{1/*2}$ tinha de sair	* Contra-exemplo: Será que ninguém ₁ avisou pra ele ₂ que depois das Olimpíadas de Beijing, $e_{*1/2}$ teria que viver para o resto da vida dentro de uma bolha?
Referência do sujeito nulo ao sintagma mais próximo em termos de c-comando	O Paulo ₁ disse que o Pedro ₂ acredita que $pro_{*1/2/*3}$ ganhou.	Não foram encontrados contra-exemplos
Inexistência em sentenças relativas	O João ₁ encontrou a carteira que ele/ e_{*1} perdeu.	* Contra-exemplo: Assim que deixou o confinamento,

Características do sujeito nulo de terceira pessoa	Exemplos	Observações
		Diana disse que quis ficar com Natalia e gostou do beijo que deu nela.
Impossibilidade da categoria vazia de se referir a antecedentes divididos	O Feco ₁ disse pra Dani que e ^{*1+2} fizeram besteira.	A Maria ₁ disse que o João ₂ acredita que e ₁₊₂ vão morar juntos.
Leitura invariante do sujeito nulo quando referente a sintagmas do tipo <i>Só-NP</i>	Só o Maluf ₁ acha que ec ₁ vai ganhar as eleições.	Não foram encontrados contra-exemplos
Leitura <i>sloppy</i> do sujeito nulo	O Pedro ₁ acha que é inteligente e o Paulo ₂ também.	Não foram encontrados contra-exemplos
Inexistência de sujeitos nulos em sentenças iniciadas por <i>como</i>	Com o tempo, a Maria ₁ vai ver como ela _{1/2} /*e ₁ tem razão.	* Contra-exemplo: Ela ₁ não disse como e ₁ obtém a maconha, mas disse: “Eu não quero ficar circulando de modo sorrateiro...”
Leitura <i>de se</i> da categoria vazia	O Ronald Reagan ₁ sabe que e ₁ foi o quadragésimo presidente dos EUA.	Não foram encontrados contra-exemplos

Fonte: a autora.

3.2 Considerações parciais

Os dados acima resumidos mostram que grande parte das características dos sujeitos nulos de terceira pessoa se mantém. Entretanto, há dados que precisam ser considerados em pesquisas que envolvem o sujeito nulo de terceira pessoa no PB, especialmente em relação à referência da categoria vazia ao objeto e à inexistência de sujeitos nulos em orações relativas e em sentenças iniciadas por *como* e à classificação dos locativos como intervenientes. Vimos acima que tais características não são categóricas no PB em determinados contextos.

Em relação à referência da categoria vazia ao objeto da oração principal *in situ*, vemos que ela é possível em contextos que envolvem locuções verbais, embora a referência ao

sujeito da oração principal seja mais produtiva, especialmente em contextos *out-of-the-blue*. No caso de sentenças com verbos simples, a referência do sujeito nulo ao objeto *in situ* da oração principal não é, de fato, possível no PB.

Sobre a inexistência de sujeitos nulos em sentenças relativas, verificamos que, no PB, existem casos em que o sujeito nulo é encontrado, embora as sentenças encontradas tenham o mesmo verbo: *beijar*. Dessa forma, a investigação futura em relação a esse aspecto do PB será verificar se esses contextos são resquícios de uma gramática anterior.

A impossibilidade de sujeitos nulos em sentenças iniciadas por *como* também merece investigação futura, já que, como visto acima, são encontrados sujeitos nulos nesse contexto.

Tais questões serão objeto de investigação futura, uma vez que não pretende, com esta dissertação, a discussão de aspectos teóricos relacionados aos exemplos.

CAPÍTULO 4 – PONTO DE VISTA ADICIONAL SOBRE O SUJEITO NULO DO PB – O ESTUDO DE HOLMBERG (2010A)

4.0 Introdução

O presente capítulo objetiva verificar de que maneira o sujeito nulo de terceira pessoa do PB tem sido tratado por outros autores. A referência deste capítulo serão os estudos de Holmberg (2010a, 2010b) e Egerland & Sigurdsson (2009). Holmberg (2010b) propõe que o PB e o finlandês fazem parte das línguas consideradas de sujeito nulo parcial; portanto, os sujeitos nulos de terceira pessoa nessas línguas são licenciados da mesma maneira. Já Holmberg (2010a) propõe uma análise para os sujeitos nulos genéricos do finlandês. O trabalho do autor analisa as propriedades sintáticas e semânticas desses sujeitos; entretanto, o foco deste capítulo será a interpretação dos sujeitos nulos de sentenças dessa língua e de sentenças do PB, embora as características sintáticas do finlandês sejam descritas. Na análise da interpretação dos sujeitos nulos de referência indeterminada do PB, optou-se por utilizar a proposta de Egerland & Sigurdsson (2009), a qual será brevemente retomada em seção à parte. Por fim, será apresentada a análise interpretativa de Coutinho Vieira & Pilati (2013) para o PB.

O trabalho foi dividido em três partes: na seção 1, apresentamos as interpretações possíveis para os sujeitos nulos de referência indeterminada conforme os estudos Egerland & Sigurdsson (2009). Na seção 2, o estudo de Holmberg (2010) acerca do sujeito nulo do finlandês é revisto com o intuito de construir a base para a análise dos sujeitos nulos impessoais do PB. Finalmente, na seção 3, com base na análise de Coutinho Vieira & Pilati (2013), os sujeitos nulos impessoais do PB são caracterizados em relação às suas possibilidades interpretativas.

4.1 Interpretação dos argumentos impessoais segundo Egerland & Sigurdsson (2009)

Egerland & Sigurdsson (2009) consideram que os sujeitos impessoais abrangem tanto os pronomes indefinidos quanto o *pro* impessoal. Para os autores, ambos contêm o traço [+humano] e possuem três interpretações possíveis: genérica, arbitrária e específica, definidas abaixo:

Genérica: interpretação +humana irrestrita, isto é, pessoas em geral.

Arbitrária: Interpretação +humana inespecífica, que exclui o falante e o ouvinte.

Específica: interpretação +humana específica, que se refere a um conjunto totalmente ou parcialmente específico, normalmente incluindo o falante.²⁶

(EGERLAND & SIGURÐSSON, 2009, p. 161, tradução minha)

O pronome *on* do francês ilustra os três tipos de leitura citados acima (Egerland & Sigurðsson, 2009 *apud* Egerland, 2003)²⁷:

- (225) On doit travailler jusqu' a l' age de 65 ans. (genérica)
 'ON must work until the age of 65 years.'
 'As pessoas devem trabalhar até os 65 anos.'²⁸
- (226) On a travaillé pendant deux mois pour résoudre le problem. (arbitrária)
 'ON has worked for two months to resolve the problem.'
 'Eles trabalharam por dois meses para resolver o problema.'
- (227) Hier soir on a été congédié. (específica)
 'Yesterday evening ON was fired.'
 'Ontem à tarde nós fomos despedidos.'

Da sentença (225), é possível inferir que “as pessoas em geral devem trabalhar até os 65 anos”, sentido em que o falante pode estar incluído. Já na sentença (226), nem o falante nem o ouvinte estão incluídos na referência. Por fim, a sentença (227) indica um grupo específico de pessoas que foram demitidas, em que o falante, neste caso, está incluído. Com base nessas interpretações, os autores afirmam que diferença entre as leituras genérica e

²⁶ Generic: non-restricted +HUMAN reading, i.e., people in general.

Arbitrary: a non-specific +HUMAN reading, excluding the speaker or the hearer.

Specific: a specific +HUMAN reading, referring to a wholly or a partly specific set of individuals, most commonly including the speaker.

²⁷ A leitura específica também pode ser verificada nas sentenças (225) e (226), como afirmado pelos autores.

²⁸ As traduções em língua portuguesa das sentenças em língua estrangeira foram feitas conforme a interpretação que os autores sugeriram para elas em seus trabalhos. A precariedade dos estudos em língua portuguesa sobre as interpretações dos sujeitos em relação à tipologia proposta por Egerland & Sigurdson (2009) não nos permitiu estabelecer um pronome uniforme para cada interpretação possível, como feito pelos autores e por Holmberg, os quais utilizaram o inglês nas traduções. A utilização da língua inglesa como tradução para as sentenças nos estudos que utilizamos como base para este trabalho se deve aos estudos de Moltmann (2006), que já definiu as propriedades semânticas dos pronomes do inglês.

arbitrária está no fato de que a primeira “**potencialmente** inclui o falante e o ouvinte, enquanto o arbitrário é **sempre** exclusivo em relação ao falante e ao ouvinte”²⁹ (p.161, grifo meu, tradução minha).

Sintaticamente, a interpretação de um sujeito de referência indeterminada (nulo ou manifesto) como genérico, arbitrário ou específico advém, segundo os autores, da combinação dos traços [±humano], [±falante] e [±ouvinte]. Assim, as leituras dos sujeitos impessoais, em relação à combinação de traços, possuem a seguinte configuração:

Genérico = +humano
 Arbitrário = +humano, - falante, - ouvinte
 Específico 1ª pessoa = +humano, + falante, - ouvinte
 Específico 2ª pessoa = +humano, - falante, + ouvinte
 Específico 3ª pessoa = +humano, - falante, - ouvinte, +específico³⁰
 (EGERLAND & SIGURASSON, 2009, p. 164, tradução minha)

A ausência dos traços [±falante] e [±ouvinte] na leitura genérica se dá porque, nesse tipo de leitura, o falante e o ouvinte podem realmente estar incluídos na referência das pessoas que executam aquela ação ou serem incluídos apenas potencialmente na referência, ou seja, se eles fossem executar determinada ação, eles fariam parte do grupo de referentes possíveis. A leitura arbitrária, ao contrário, é categórica: sempre exclui o falante e o ouvinte.

4.2 Características dos sujeitos nulos genéricos do finlandês segundo Holmberg (2010b)

Holmberg (2010b) descreve as propriedades sintáticas e semânticas do sujeito nulo genérico do finlandês com vistas a responder as seguintes questões: a) de que forma a

²⁹ “potentially includes the speaker and the hearer, whereas the arbitrary reading is always speaker and hearer exclusive.” (EGERLAND & SIGURASSON, 2009, p. 161)

³⁰ Generic = +human
 Arbitrary = +human, - speaker, - hearer
 Specific, 1p = +human, +speaker, - hearer
 Specific, 2p = +human, -speaker, + hearer
 Specific, 3p = +human, -speaker, - hearer, + specific
 (EGERLAND & SIGURASSON, 2009, p. 164)

tipologia das construções genéricas finlandesas se encaixa na tipologia das construções impessoais? b) quais argumentos essas construções têm como sujeitos? c) quais as características desse sujeito? Desencadeia concordância? Recebe Caso? Por que não satisfaz o EPP? No finlandês, a expressão de um referente genérico na posição de sujeito é feita por meio de um pronome nulo, pois não há nessa língua um pronome manifesto com interpretação genérica, como no francês (*on*), no alemão (*man*) e no italiano (*si*). As sentenças em (228) e (229) mostram essa diferença:

(228) Kesäla herää aikaisin.
 Summer wakes.up-3ps early (finlandês)
 ‘You wake up early in the Summer.’
 ‘Você acorda cedo no verão.’

[Holmberg, 2010a:200]

(229) On doit travailler jusqu’ a l’age de 65 ans.
 ‘ON must work until the age of 65 years.’ (francês)
 ‘As pessoas devem trabalhar até os 65 anos.’

[Holmberg, 2010a:201]

Em (228), temos uma sentença genérica do finlandês, construída apenas com o verbo flexionado na terceira pessoa do singular, sem um pronome manifesto que indique o sujeito genérico. Em (229), uma sentença genérica do francês, o sujeito impessoal é realizado pelo pronome *on*. A ausência de um pronome manifesto no finlandês que represente um sujeito genérico impede que se estabeleçam comparativamente as propriedades de um possível correlato nulo.

A seguir, apresentaremos as propriedades dos, na concepção do autor, pronomes nulos genéricos do finlandês, seguindo a mesma ordem das perguntas apresentadas acima. Em relação à caracterização tipológica do pronome nulo genérico, Holmberg se baseou no trabalho de Egerland (2003), que, como visto na seção 4.2 deste trabalho, prevê três leituras possíveis para os pronomes impessoais: genérica, arbitrária e específica. No finlandês, essas interpretações distribuem-se em duas estruturas impessoais: construções genéricas (denominadas pelo autor de *generic subject constructions* – GSCs), nas quais se utiliza o pronome nulo e o verbo flexionado na terceira pessoa do singular, e as sentenças construídas com o verbo na passiva. A interpretação dos sujeitos nulos das primeiras sentenças, como a

própria denominação de Holmberg indica, é genérica, enquanto os sujeitos nulos nas sentenças em que se utiliza a passiva podem ter interpretação arbitrária ou específica. Apesar dessa primeira constatação, Holmberg verifica que, no finlandês, a leitura genérica também pode ser encontrada em estruturas construídas com a passiva. A diferença entre a interpretação genérica do sujeito nulo de uma GSC e a de uma construção passiva é que, na primeira, a interpretação dada ao referente inclui o falante e o ouvinte (interpretação genérica inclusiva) e, na segunda, isso não ocorre (interpretação genérica exclusiva). Os exemplos (230) e (231), a seguir, ilustram essas propriedades:

(230) Ranskassa syö hyvin.
 França-INE come-3ps bem.
 ‘You eat well in France.’
 ‘Você come bem na França.’

(231) Ranskassa syödään hyvin.
 França-INE come-PASS bem.
 ‘They eat well in France.’
 ‘Eles comem bem na França.’

[Holmberg, 2010a:203]

Os sujeitos nulos em (230) e (231) possuem diferentes interpretações. Em (230), a interpretação é genérica inclusiva, semelhante à interpretação do pronome genérico *one* do inglês³¹. É possível inferir dessa oração que, se o falante e seu ouvinte fossem à França, eles comeriam bem. Na sentença (231), a interpretação exclui esses dois referentes do âmbito de referentes possíveis; a inferência feita em (230) não pode ser feita em (231), característica, segundo o autor, da leitura genérica exclusiva. Retomando os conceitos de Egerland & Sigurdson (2009), vemos que as características da interpretação genérica inclusiva e exclusiva de Holmberg são similares às interpretações genérica e arbitrária proposta por aqueles autores³². Com o intuito de evitar alguma confusão terminológica, adotaremos a nomenclatura

³¹ A respeito da interpretação do pronome *one*, ver referência ao trabalho de Moltmann na nota de rodapé número 28.

³² Holmberg propôs uma nova denominação para as interpretações dos sujeitos nulos do Finlandês porque sua análise foi fundamentada em um estudo anterior de Egerland sobre o francês (2003), que relacionava a interpretação do sujeito nulo à estrutura em que ele estava incluído. Dado que no Finlandês a correspondência entre a estrutura e a interpretação do sujeito nulo não é a mesma que propôs Egerland (2003), Holmberg optou

de Egerland & Sigurdson (2009), por entendermos ser mais didática e mais adequada à análise do PB que será realizada na seção 3.

Após a definição da interpretação semântica dos sujeitos nulos genéricos do finlandês, o autor buscou comprovar a existência sintática do pronome nulo genérico do finlandês. Como explicado acima, não há no finlandês um correlato manifesto ligado a essa interpretação, o que pode gerar análises que postulem a inexistência desse pronome e, por conseguinte, outras causas que expliquem a leitura genérica. No entanto, o autor quer argumentar a favor da existência de um pronome nulo com interpretação genérica. Para construir essa argumentação, foram utilizadas três evidências³³: a) existência de anáfora orientada para o sujeito genérico, como em (232); b) existência de advérbios que orientam para o agente genérico, como em (233) e c) existência de uma sentença infinitiva com sujeito PRO evidentemente controlado por um sujeito genérico na sentença principal, como em (234).

(232) Shelliasemalla voi pestä auto-nsa.
 Shell-posto-ADE pode-3ps lavar carro-PX
 ‘You can wash your car at the Shell station.’
 ‘Você pode lavar o seu carro no posto da Shell.’

(233) Sinne ei muuta vapaaehtoisesti.
 there not move voluntarily
 ‘One doesn’t move there voluntarily.’
 ‘Ninguém se move para lá voluntariamente.’

(234) Tänne tulee mielellään [PRO ostamaan keramiikkaa]
 here comes with pleasure buy-INF pottery
 ‘It’s nice to come here to buy pottery’
 ‘É bom vir aqui comprar cerâmica.’

por modificá-la. Como neste trabalho estamos fundamentados em um estudo mais atual – e mais refinado – de Egerland, optamos por adotar esta classificação.

³³ É interessante notar, sobre os testes realizados por Holmberg, que Rodrigues (2004) apresenta o mesmo teste para o sujeito nulo de terceira pessoa do PB e chega à conclusão de que esse sujeito não é sintaticamente projetado (cf. Rodrigues, 2004, p.71). Ela fornece os seguintes exemplos:

- i) *Aqui não vende nada de si mesmo.
- ii) ?? Aqui vende sapato caro para evitar cliente pobre.
- iii) *Aqui conserta sapato bêbado/irritado.

Em (232), há um sufixo possessivo que, segundo o autor, não pode estar desvinculado de um DP; em (233), o advérbio *vapaaehtoisesti* (voluntariamente) pressupõe um agente e, em (234), PRO é controlado por um sujeito nulo genérico presente na oração principal. Como se pode ver, não há um DP com o traço [+humano] que permita essas configurações sintáticas; a única possibilidade é a ligação de tais termos a um pronome nulo sujeito – nesse caso, o pronome nulo genérico.

Em relação à concordância dos sujeitos nulos das construções genéricas finlandesas, Holmberg inicialmente levanta duas possibilidades: é possível que ela ocorra por *default*, como acontece com o sujeito nulo e os verbos meteorológicos, ou pela concordância do sujeito nulo genérico com T. Para resolver essa questão, o autor propõe uma análise com base na relação entre concordância com o sujeito e Caso do objeto.

No finlandês, o objeto pode receber dois Casos estruturais: Nominativo e Acusativo. A atribuição de um ou de outro depende da presença ou ausência de um sujeito nominativo que desencadeie concordância em T. Dessa forma, temos:

(235) *Minä osti-n auton/*auto*
I-NOM bought-1sg car-ACC/car-NOM.

‘I bought a car.’

‘Eu comprei um carro.’

(236) *Minun pitäa ostaa auto/*auton*
I-GEN should-3sg buy car-NOM/car-ACC

‘I should buy a car.’

‘Eu deveria comprar um carro.’

Como se pode ver, o objeto em (235) recebeu Caso Acusativo, pois o Caso Nominativo foi atribuído ao sujeito manifesto que representa a 1ª pessoa do singular e, portanto, não está mais disponível. Na oração (236), o verbo *pitää* (‘deveria’), pelas características que possui no finlandês, atribui Caso Genitivo ao seu sujeito, o que permite que o objeto tenha Caso Nominativo. Nas orações em que se utiliza o pronome nulo genérico,

como em (237), o objeto recebeu Caso Acusativo, o que prediz que a concordância foi feita com o pronome nulo genérico:

- (237) Jos ostaa auton/*auto
 If buy-3sg car-ACC/car-NOM
 ‘If you buy a car...’
 ‘Se você comprar um carro...’

[Holmberg, 2010a:207]

Ao pronome nulo genérico é atribuído um traço necessariamente [+humano], advindo, segundo o autor, de sua propriedade inclusiva:

- (238) Tässä ei voi seistä.
 here not can stand
 ‘One can’t stand here.’
 ‘Não pode ficar aqui.’

[Holmberg, 2010a:208]

Em relação a esse traço, o autor salienta que não é só a propriedade inclusiva que permite a caracterização tipológica do pronome nulo genérico como [+humano] e impede que referentes inanimados estejam incluídos na referência. Segundo o autor, são outras propriedades da sentença permitem essa caracterização.

Em relação ao Caso, o pronome nulo genérico não é necessariamente Nominativo:

- (239) Nyt kannatta voukrata auto/*auton
 Now should-3sg rent car-NOM/car-ACC
 ‘It’s a good value renting a car now.’
 ‘É bom alugar uma carro agora.’

[Holmberg, 2010a:209]

No exemplo (239), o pronome nulo genérico está acompanhado de um verbo modal, que, em finlandês, possui sujeitos com o Caso Genitivo. O fato de o objeto possuir Caso Nominativo já é um indício de que o sujeito não possui esse Caso, como explicado acima. A

questão importante para o autor é mostrar que o pronome nulo genérico pode ocorrer nos mesmos ambientes em que se pode ter sujeitos explícitos.

A última característica do pronome nulo genérico, segundo Holmberg, é que ele não satisfaz o EPP. O autor chegou a essa conclusão pelo fato de outra categoria, como um sintagma locativo, ou o pronome expletivo *sitä* (240), ocupar essa posição. A oração sem um componente pré-verbal é agramatical (240):

- (240) a. *Istuu mukavasti tässä.
 sits comfortably here
- b. Tässä istuu mukavasti.
 here sits comfortably
- c. Sitä istuu mukavasti tässä.
 EXP sits comfortably here
 ‘One can sit comfortably here.’
 ‘Pode-se sentar confortavelmente aqui.’

[Holmberg, 2010a:210]

O motivo pelo qual o pronome nulo genérico não pode ocupar uma posição pré-verbal é o fato de o EPP, em finlandês, precisar ser preenchido por uma categoria que possui as propriedades de um tópico; especificamente, uma categoria em que o traço-D esteja presente, como o locativo em (240).

Da discussão acima, é possível sintetizar as características do pronome nulo em finlandês na tabela abaixo:

Quadro 3 – Características dos sujeitos nulos genéricos segundo Holmberg (2010a)

Características do pronome nulo genérico do finlandês		
Semânticas	Leitura genérica	+
	Leitura arbitrária	-
	Traço [+humano]	+
Sintáticas	Satisfaz o EPP	-
	Possui Caso	+
	Desencadeia concordância	+

Fonte: a autora

4.2.1 A proposta formal de Holmberg (2010b)

Holmberg (2010b) defende que a morfologia de terceira pessoa em línguas de sujeito nulo parcial, como o PB, o finlandês e o Marathi, contém os traços-phi necessários ao preenchimento do sujeito, mas são defectivos em relação ao traço-D, o qual permite a interpretação definida do sujeito nulo. O autor afirma que o sujeito nulo de terceira pessoa nessas línguas não contém os traços de pessoa e número, os quais são adquiridos de T, mediante incorporação de traços. Ao considerar a existência de uma categoria vazia, o autor propõe que ela é ligada à morfologia e gera a interpretação impessoal comum às línguas de sujeito nulo parcial. O traço de definitude necessário ao preenchimento do EPP é fornecido por locativos, os quais se encontram em uma posição A' e valoram esse traço. Uma decorrência da proposta do autor é a impossibilidade de interpretação definida dos sujeitos nulos de terceira pessoa, os quais, por terem preenchidos seus traços-phi por T em SpecTP e não possuírem o traço-D, terão uma leitura indefinida (embora não essencialmente genérica). Por esse motivo, o autor afirma que, em línguas de sujeito nulo parcial, ‘pronomes genéricos podem, e devem, ser nulos’ (cf. ROBERTS & HOLMBERG p. 11). Dadas essas considerações, vejamos como se comportam os sujeitos nulos de referência indeterminada no PB em relação à interpretação no sentido de Egerland & Sigurdsson (2009). A análise a seguir foi realizada por Coutinho Vieira & Pilati (2013).

4.3 Propriedades semânticas do sujeito nulo de referência indeterminada do PB

Em sua análise sobre as propriedades semânticas do pronome nulo genérico do finlandês, Holmberg (2010a) utilizou os estudos de Egerland (2003), que define três tipos de leituras possíveis para os sujeitos nulos impessoais: genérica, arbitrária e específica. A proposta do autor é a de que os pronomes nulos genéricos, nas línguas de sujeito nulo parcial, devem ser nulos. Essa característica é apontada pelo autor como pertencente a línguas como o PB.³⁴

Para a análise do PB, temos as seguintes sentenças com sujeitos nulos indeterminados, seguidas das seguintes possibilidades interpretativas:

(241) Aquela fruta do conde, que aqui é caríssima, lá **vende** por um preço baratíssimo.

³⁴ Para mais detalhes sobre a caracterização das línguas de sujeito nulo parcial, ver Roberts & Holmberg (2010).

[Berlinck, Duarte e Oliveira, 2009:136]

LEITURA: arbitrária(242) Aqui **conserta** sapatos.[Galves, 2001,p.110 *apud* de Oliveira Cavalcante,2012]**LEITURA:** arbitrária(243) Antigamente tinha... **punha** a mesa para tomar lanche ... quando eu era criança.
Punha-se a mesa para tomar lanche... quatro horas **punha** a mesa.

[de Oliveira Cavalcante, 2012]

LEITURA: arbitrária(244) Lá tinha um armário... **guardava** a louça do diário... que era o lugar da bagunça...
guardava bicicleta... **guardava** ferramenta.

[de Oliveira Cavalcante, 2012]

LEITURA: arbitrária(245) Toma-se vitamina lá... vitamina... aveia com banana e leite... **comia** mais era banana,
né?

[Berlinck, Duarte e Oliveira, 2009:136]

LEITURA: genérica
arbitrária(246) Na França **come** bem.**LEITURA:** arbitrária
genérica(247) No Brasil **aposenta** com 70.

LEITURA: arbitrária
genérica

(248) Nos nossos dias, não **usa** mais saia.

LEITURA: genérica
arbitrária

(249) Então para receber as chaves do apartamento e aí começa, porque **precisa pagar** mais por isso, porque tem mais aquilo.

[Berlinck, Duarte e Oliveira, 2009:136]

LEITURA: genérica
arbitrária

(250) L2 é uma questão de ética. Não **pode tirar** das pessoas dos seus próprios clientes não **pode tirar**.

[Berlinck, Duarte e Oliveira, 2009:136]

LEITURA: genérica

(251) **Pode nadar** aqui.

LEITURA: genérica

Como se pode ver, no PB, a interpretação dos sujeitos nulos de referência indeterminada pode ser tanto arbitrária quanto genérica, sendo possível até mesmo duas leituras distintas para a mesma sentença. Sendo assim, quais seriam os fatores que geram as interpretações possíveis para o sujeito nulo de referência indeterminada no PB?

Estruturalmente, o conjunto de sentenças acima apresenta em comum o fato de serem construções com o verbo na terceira pessoa do singular. Essa similaridade importante deveria gerar leituras idênticas aos referentes; entretanto, tal fato não acontece. Assim, por dedução, vemos que são outros os fatores que determinam a interpretação do sujeito nulo de referência indeterminada no PB. Analisando mais detidamente as sentenças acima, vemos que elas

variam em relação aos locativos que as acompanham. Vejamos como esses elementos se comportam nas construções impessoais do PB.

4.4 Considerações parciais

Na seção 1, discorreremos sobre a proposta de Egerland & Sigurðsson (2009), a qual entendemos ser possível aplicar ao PB, pois Holmberg, ao fazer essa distinção, considerou aspectos estruturais peculiares ao finlandês e foi feito com base em um estudo mais antigo (Egerland, 2003). Posteriormente, o estudo de Holmberg (2010a) e sua proposta para o licenciamento de sujeitos nulos de terceira pessoa em línguas de sujeito nulo parcial, presente em Holmberg (2010b) foi brevemente resumido. Como resultado, vimos que o locativo possui uma influência maior nas construções indeterminadas do PB do que nas construções indeterminadas do finlandês. Contudo, serão necessários mais estudos nesse sentido, com o intuito de explicar formalmente de maneira essa diferença pode ser definida no PB.

Em relação às demais propostas de análise para o sujeito nulo do PB vistas no capítulo 2, a proposta de Holmberg (2010b) entende que sujeitos nulos são inespecificados para pessoa e número, e que a morfologia provê os traços de pessoa e número necessários ao seu licenciamento, mediante incorporação. No PB – e nas línguas de sujeito nulo parcial – o autor afirma que não há o traço-D e que esse traço é valorado por um elemento em posição de tópico, por movimento ao SpecTP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação foi investigar o tratamento dado ao sujeito nulo de terceira pessoa no PB. Especificamente, este estudo tentou responder as seguintes questões: a) como o sujeito nulo de terceira pessoa tem sido analisado nos trabalhos sobre o PB? b) que tipo de dado tem sido utilizado para embasar tais proposições? c) como outros autores têm tratado o sujeito nulo de terceira pessoa em línguas consideradas semelhantes? e d) existem dados ainda não considerados pelos estudos apresentados?

Para responder essas questões, foram retomadas algumas propostas teóricas atuais, nacionais e internacionais, que trataram do licenciamento de sujeitos nulos no PB – as quais incluíram, entre as pesquisas nacionais, os estudos de Modesto (2000, 2004, 2008), Rodrigues (2004), Rabelo (2010) e Pilati & Naves (2013), e, entre as pesquisas internacionais, os estudos de Egerland & Sigurdson (2009) e Holmberg (2010a, 2010b). Os dados utilizados pelos autores nacionais para sustentar suas argumentações foram sistematizados, o que tornou possível a elaboração de um quadro contendo os principais contextos de ocorrência do sujeito nulo de terceira pessoa no PB. Tais dados foram, quando possível, confrontados com novos, os quais foram retirados da modalidade escrita da língua, em textos presentes na internet.

Nos estudos nacionais discutidos, todos os autores concordam no fato de que a morfologia de terceira pessoa não é capaz de identificar, por si só, o sujeito nulo. A grande divergência verificada está relacionada à natureza do sujeito nulo de terceira pessoa, o qual foi tratado como pronominal (MODESTO, 2000), tópico elidido (MODESTO, 2004), um grupo não referencial de traços-phi, (MODESTO, 2008), vestígio (RODRIGUES, 2004), como variável livre (RABELO, 2010) e como proforma (PILATI & NAVES, 2013). Em relação aos dados utilizados nas análises, as divergências encontradas não estão relacionadas aos contextos em que ocorrem sujeitos nulos de terceira pessoa, mas às suas possibilidades interpretativas. Em especial, não é consenso entre os autores a interpretação dada ao sujeito nulo de terceira pessoa nos casos de movimento-qu. Foi verificada também ausência de consenso em relação ao papel exato dos locativos no licenciamento das construções em que o sujeito nulo é de referência indeterminada.

Nesta pesquisa constatou-se, ainda, a existência de três contextos de ocorrência de sujeitos nulos que foram considerados pelos autores como agramaticais: a) possibilidade de ligação do sujeito nulo ao objeto da oração principal, como retrata (252); b) existência de sujeitos nulos em orações relativas, como mostra (253) e c) existência de sujeitos nulos em sentenças iniciadas por como, conforme mostra (254):

- (252) Será que ninguém₁ avisou pra ele₂ que depois das Olimpíadas de Beijing, $e_{*1/2}$ teria que viver para o resto da vida dentro de uma bolha?
- (253) Assim que deixou o confinamento, Diana disse que quis ficar com Natalia e gostou do beijo que deu nela.
- (254) Ela₁ não disse como e_1 obtém a maconha, mas disse: “Eu não quero ficar circulando de modo sorrateiro...”

Em relação ao tratamento dado ao sujeito nulo de terceira pessoa em línguas semelhantes, verifica-se, dos estudos de Holmberg (2010a), que os sujeitos nulos em construções indeterminadas no PB não são essencialmente genéricos como o autor postula para as línguas de sujeito nulo parcial, mas podem também ser arbitrários, como mostra a análise presente na seção 4.3.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 trouxe alguns pressupostos teóricos básicos necessários ao entendimento e discussão do problema. No capítulo 2, foram apresentadas as principais propostas teóricas que explicam o licenciamento de sujeitos nulos no PB. O capítulo 3 foi dedicado a sistematizar os dados com sujeitos nulos de terceira pessoa utilizados pelos autores em suas argumentações. Os dados relacionados foram, na medida do possível, confrontados entre si e com ocorrências não discutidas nos estudos analisados, fato que revelou divergência entre os próprios autores em relação às interpretações possíveis para o sujeito nulo de terceira pessoa e a existência de contextos não considerados por eles. No capítulo 4, foi discutida a proposta de Holmberg (2010a), que estuda os sujeitos nulos de referência indeterminada nas línguas de sujeito nulo parcial, incluídas entre elas o PB e o finlandês.

Esta pesquisa contribuiu no sentido de, a partir da comparação entre os dados utilizados nos estudos mais recentes sobre o sujeito nulo no PB, levantar as principais divergências – e convergências – entre os autores no que tange à caracterização do sujeito nulo de terceira pessoa no PB. A compilação de todas as características propostas pelos autores e o posterior confronto dos dados encontrados permitiu uma visão mais ampla do fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLINCK, R.; DUARTE, E.; OLIVEIRA, M. Predicação. In: KATO, Mary A; NASCIMENTO, Milton do (Org). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil: a construção da sentença**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. 5.ed. EUA: Foris Publications, 1988.

DE OLIVEIRA CAVALCANTE, Sílvia Regina. O sujeito nulo de referência indeterminada na fala culta carioca. **Revista Diadorim**, v.2, 2012.

DUARTE, M. Eugênia L. The loss of the ‘Avoid Pronoun’ principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Vervuert-Iberoamericana, 2000.

HOLMBERG, Anders. The null generic subject pronoun in Finnish: a case of incorporation in T. In: BIBERAUER, Teresa; HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian; SHEEHAN, M. **Parametric Variation: null subjects in Minimalist Theory**. New York: Cambridge University Press, 2010a. p. 200-231.

HOLMBERG, Anders. Null subject parameters. In: BIBERAUER, Teresa; HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian; SHEEHAN, M. **Parametric Variation: null subjects in Minimalist Theory**. New York: Cambridge University Press, 2010b, p. 88-124.

LI, Charles N.; THOMPSON, Sandra A.; LI, Charles N. Subject and Topic: A New Typology of Language. **Subject and Topic**. London/New York: Academic press, 1976. p. 457-489.

MODESTO, Marcello. Null subjects without rich agreement. In: KATO, Mary A; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Vervuert-Iberoamericana, 2000. p. 147-174.

MODESTO, Marcello. **Sujeitos nulos em línguas de tópico proeminente**. Revista da ABRALIN, v. 3, p. 121-148, 2004.

MODESTO, Marcello. **Topic prominence and null subjects**. In: The limits of syntactic variation, v. 132, p. 375, 2008.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. Brazilian portuguese as a discourse-oriented language. In: KATO, Mary A; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Vervuert-Iberoamericana, 2000. p. 149-175.

PILATI, Eloisa N. S.; NAVES, Rozana Reigota. **Desenvolvendo a hipótese da cisão pronominal no português brasileiro**.

PONTES, Eunice Souza Lima. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

RABELO, Poliana Camargo. **Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitos**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

RAPOSO, Eduardo Paiva. Da teoria de princípios e parâmetros ao programa minimalista: algumas idéias-chave. In: CHOMSKY, Noam. **O Programa Minimalista**. Lisboa: Caminho, 1999.

ROBERTS, Ian; HOLMBERG, Anders. Introduction: parameters in minimalist theory. In: BIBERAUER, Teresa; HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian; SHEEHAN, M. **Parametric Variation: null subjects in Minimalist Theory**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 1-57.

RODRIGUES, Cilene A. N. **Impoverished morphology and A-movement out of Case domains**. Tese de Doutorado. University of Maryland. 2004.

SIGURDSSON, Haldór A.; EGERLAND, Verner. **Impersonal null-subjects in icelandic and elsewhere**. *Studia Linguística*, 66(1), 2009, p. 158-185.